

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Andreza Pires Carvalho

**“VOTO REBELDE É NA MONARQUIA!”:  
a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no  
plebiscito de 1993**

Porto Alegre  
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Andreza Pires Carvalho

**“VOTO REBELDE É NA MONARQUIA!”:  
a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no  
plebiscito de 1993**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a conclusão do curso de  
Licenciatura em História ao Departamento de História  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó

Porto Alegre  
2018

### CIP - Catalogação na Publicação

Carvalho, Andreza  
"Voto Rebelde é na monarquia!": a disputa entre monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de 1993 / Andreza Carvalho. -- 2018.  
59 f.  
Orientador: Luiz Alberto Grijó.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. plebiscito 1993. 2. monarquia. 3. parlamentarismo. 4. propaganda eleitoral. 5. ideias-força. I. Grijó, Luiz Alberto, orient. II. Título.

Andreza Pires Carvalho

**“VOTO REBELDE É NA MONARQUIA!”: a disputa entre  
monarquistas x republicanos e parlamentaristas x presidencialistas no plebiscito de  
1993**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
requisito parcial para a conclusão do curso de  
Licenciatura em História ao Departamento de História  
da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado em: 13/12/2018

Conceito: A

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Luiz Alberto Grijó (orientador) – Departamento de História, UFRGS

---

Prof. Dra. Carla Brandalise – Departamento de História, UFRGS

---

Me. Douglas Angeli – Doutorando em História, UFRGS

Porto Alegre

2018

## AGRADECIMENTOS

O segundo semestre de 2018 talvez tenha sido o período mais difícil que eu já tenha enfrentado como mulher, lésbica, estudante, trabalhadora e cidadã brasileira. Foi um semestre difícil, porque tudo o que aconteceu nesses últimos tempos – desde 2014, mas que se agravou com o golpe contra a presidenta Dilma em 2016 – tem me tocado pessoal e diretamente. Às vezes é difícil explicar os motivos pelos quais isso tem me afetado tanto, pois algumas pessoas dizem que minhas reações são exageradas, mas para mim é tudo tão claro e óbvio que só consigo pensar na frase de Bertolt Brecht no poema Elogio da Dialética: “quem reconhece a situação como pode calar-se?” Foram noites sem conseguir dormir devido ao medo crescente dessa onda fascista legitimada nas urnas. Dias em que estive obcecada com as eleições e não consegui me dedicar como gostaria a este trabalho.

Mas pensando no que está ao meu alcance, encontrei disposição e força para continuar, ainda que com dificuldade. Seguir em frente também é uma forma de resistência, pois deixarmos nossas vidas serem tomadas pelo medo é a maior vitória deles. Por isso, é necessário que consigamos delimitar uma linha entre reconhecer os reais perigos e não se deixar abater por conta deles. Por mais difícil que esteja sendo, precisamos resistir e não permitir que o medo nos cause sentimentos de impotência e pânico paralisante a ponto de nos impedir de concluir tarefas do cotidiano. É preciso resistir primeiro nas pequenas coisas. Além disso, nós – estudantes, pesquisadores e professores de História – devemos resistir em nossa atuação. *Fazer história* e estender os conhecimentos produzidos na academia para a comunidade, a fim de contribuir na construção e difusão dos princípios democráticos e dos valores de cidadania a eles atrelados, é nossa atribuição.

Escrever o que tem nos afligido é uma boa estratégia para tentar se manter bem, acredito que por isso acabei encontrando nesta parte do trabalho um refúgio para desabafar. Talvez tenha sido uma das que mais fiz alterações ao longo da escrita, pois acredito que é neste espaço que mostramos um pouco mais sobre nós mesmos, nossas dificuldades e nossas conquistas. E a realização deste trabalho tem um significado muito grande e é realmente encarado como uma grande conquista, pois, assim como toda a minha trajetória de vida, é fruto de muito suor dos meus pais. Para quem conhece meus pais e suas profissões, sabe que o muito suor não é apenas no sentido figurado. Nenhum deles conseguiu concluir a escolarização básica, ambos começaram a trabalhar muito jovens. Durante muito tempo, minha mãe conciliou dois empregos. Não lembro do meu pai ter tirado férias remuneradas ou recebido 13º salário. Pensar neles também fez com que eu ficasse lendo e reescrevendo os

agradecimentos, porque, se há alguma parte que meus pais irão ler, será esta e eu gostaria muito que eles tivessem orgulho do que sou, do que fiz e do que escrevi para eles. Dar orgulho para os meus pais sempre foi para mim uma preocupação muito grande, pois quero muito que eles sintam por mim o mesmo que sinto por eles. Ainda que muitas vezes eu deixe de demonstrar isso durante o dia-a-dia, espero que vocês saibam que eu amo vocês e tenho muito respeito e orgulho por vocês serem quem vocês são, porque eu sei das dificuldades pelas quais vocês passaram e, ainda assim, vocês as enfrentaram de forma muito melhor do que eu – que tive uma série de privilégios que vocês não tiveram – enfrento as minhas.

Agradeço imensamente a minha mãe, Eliane, pelo amor, carinho, incentivo, por ser minha grande referência de mulher e força, por me ensinar, dentre tantas coisas, a votar 13 desde muito pequenininha, quando me deixavam acompanhá-la na urna. Agradeço por ser não apenas a minha mãe, mas também uma grande amiga e companheira para todas as horas, por sempre ter acreditado em mim. Tu, mãe, és a pessoa com quem me sinto mais à vontade e confortável em todo o mundo e eu espero nunca te decepcionar, para que possamos continuar sempre assim. Ao meu pai, agradeço pelo investimento e confiança depositados em mim, também pelo seu amor e preocupação com meu futuro. Sei que, do seu jeito, o senhor sempre tentou me incentivar a ser uma pessoa melhor e mais grata pelas oportunidades da vida e, apesar de muitas vezes não lidar bem com esse seu jeito, também foi importante para minha formação ter uma pessoa que cobrasse o melhor de mim. Ao meu irmão, Fernando, agradeço pelo incentivo e apoio, por ser uma grande inspiração, inclusive acadêmica-profissional. Muito obrigada pela maior aproximação e cumplicidade que tivemos nos últimos anos. Eu amo muito vocês.

Agradeço ao Lula, meu presidente favorito, e ao Haddad, meu ministro da educação favorito. Obrigada por terem ajudado na construção de uma país menos desigual e ter possibilitado que, assim como eu, outros tantos jovens fossem a primeira geração da família a cursar o nível superior.

A Veronica e a Victória por estarem sempre dispostas a fazerem uma noite das meninas com filmes de terror e pipoca, assim como também por me acompanharem nas manifestações e comícios do Partido dos Trabalhadores. Sou muito feliz por conhecer e ser amiga de vocês há tantos anos. Vocês são, incontestavelmente, as amigas de mais longa data que tenho e às vezes fico me questionando como ainda não desistiram de mim. Obrigada por ocuparem esse espaço. Mesmo com fases um pouco mais distantes, o meu carinho por vocês nunca diminui.

A internet possibilita que nos afastemos de muitas coisas, mas também nos aproxima de muitas outras que seriam impossíveis conhecer por outro meio. Foram muitas as pessoas que conheci e me ajudaram de diferentes formas, de modo que o apoio e amizade delas também foram importantes para a realização deste trabalho. Agradeço a Beatriz por ser sempre uma amiga dedicada e compreensiva; por ter comprado passagens para vir para Porto Alegre, no mesmo dia em que foi divulgada a data da cerimônia de colação de grau, comemorar comigo. Agradeço a Thayná pela amizade fortalecida nesse último ano e por me aguentar todos os dias o dia inteiro. Também agradeço às minhas amigas da Komuna por me proporcionarem um espaço seguro e com pessoas em quem posso confiar para falar sobre todas as coisas da vida, especialmente a Juju, que me recebeu e me alimentou por vários dias quando fui visitá-la. Obrigada por terem me acolhido.

Às amigas que fiz durante a graduação e que entre trabalhos, cafés e almoços, contribuíram para a minha formação. Agradeço especialmente a Barbara, Karen, Marcele, Maria Cristina e Loiret. Além das meninas, agradeço ao meu amigo Gabbi, o melhor padrinho de curso que poderia ter tido. Obrigada por não desistir de mim e sempre me indicar ótimos livros e filmes.

Aos professores e às professoras do Departamento de História e da Faculdade de Educação, por possibilitarem tantos conhecimentos apreendidos ao longo desses últimos anos. Em especial ao professor Luiz Alberto Grijó pela orientação e disponibilidade dedicados a este trabalho.

## RESUMO

Em abril de 1993 foi realizado um plebiscito no qual cerca de 90 milhões de cidadãos brasileiros foram convocados a escolher entre a forma (república ou monarquia) e sistema (presidencialismo ou parlamentarismo) de governo que o país passaria a adotar a partir de primeiro de janeiro de 1995. Para a campanha plebiscitária, as diferentes propostas para forma e sistema de governo foram divididas em três frentes parlamentares: Parlamentarismo com República, Presidencialismo com República e Parlamentarismo com Monarquia. Este trabalho se insere na temática da história política recente do Brasil e busca analisar como se deu a rivalidade das três frentes parlamentares durante a campanha plebiscitária por meio das propagandas políticas transmitidas no horário obrigatório eleitoral das emissoras de televisão aberta. Para isto, será utilizado o referencial teórico de Bourdieu para elucidar a formulação das ideias-força nos discursos políticos durante a campanha e de que forma elas se relacionam e contrapõem.

**Palavras-chave:** plebiscito 1993; monarquia; parlamentarismo; propaganda eleitoral; ideias-força.

## **LISTA DE SIGLAS**

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

EMC – Emenda Constitucional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

PDS - Partido Democrático Social

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PT - Partido dos Trabalhadores

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 ABERTURA POLÍTICA E PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988...23</b>	
1.1 O <i>fim</i> do Regime .....	23
1.2 A primeira batalha: a escrita do texto constitucional .....	25
1.3 O oportunismo parlamentarista.....	30
1.4 A cédula imperfeita.....	32
<b>2 O SURREALISMO DA CAMPANHA.....34</b>	
2.1 Os monarquistas sofrem mais um golpe .....	34
2.2 É dada largada a campanha.....	36
2.3 Alguns dos principais expedientes na luta pelo voto .....	40
2.4 O cheque em branco para solução da crise .....	50
2.5 O uso e a escolha do <i>povo</i> .....	50
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>57</b>

## INTRODUÇÃO

Nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo.<sup>1</sup>

A história presente do Brasil é marcada por um longo período ditatorial, o qual teve início em 1964 e ainda mantém um grande número de continuidades.<sup>2</sup> Com o início do processo de redemocratização do país – que se deu de forma “lenta, gradual e segura”<sup>3</sup>, cujo período normalmente é aceito como de 1975 a 1985 – começaram as discussões em torno do futuro político do país. É nesse período que este trabalho está centrado, especificamente na análise da disputa plebiscitária na qual cerca de 90 milhões de brasileiros aptos a votar naquele ano, 1993, foram convocados a escolher a forma (monarquia ou república) e o sistema (parlamentarista ou presidencialista) de governo que passaria a vigorar no país a partir de primeiro de janeiro de 1995. Tal fato inusitado na história do país, visto que a monarquia fora abolida há mais de cem anos quando se deu a realização do plebiscito, só é possível compreender se pensarmos o contexto social e político dos anos que antecederam o pleito, visto que o país estava passando pelo processo de abertura política em que novos projetos políticos e de governo estavam em disputa. Nosso estudo se encaixa numa perspectiva de análise de conjuntura, de forma que usaremos a luta política pelo voto, acirrada na campanha plebiscitária, como foco para mostrar como se deu a disputa entre as três frentes (Parlamentarismo com República, Presidencialismo com República e Parlamentarismo com Monarquia).

Para entender o contexto em que este trabalho está inserido, é necessário, então, se dedicar inicialmente ao final da década de 1980, especialmente ao momento em que

---

<sup>1</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 172.

<sup>2</sup> Essas continuidades se apresentam agora de forma ainda mais escancarada, os defensores da ditadura já não se escondem mais, como o fizeram após o processo de redemocratização e a consagração da "Constituição Cidadã" em 1988. É aceito, sob o argumento da liberdade de opinião e expressão, um candidato a presidente declarar que é a favor da prática da tortura. O número de violências (físicas e simbólicas) cometidas durante o regime militar foi muito grande e não deve ser minimizado, assim como também não devem ser os crimes que estão acontecendo no atual momento.

<sup>3</sup> Frase utilizada pelo presidente-ditador Ernesto Geisel para começar o processo de “liberalização” do regime.

foi realizada a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. É nesse contexto em torno da elaboração do texto constitucional que foi possível aprovar a emenda que viabilizou a realização do plebiscito em 1993, incluída no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.<sup>4</sup> Para garantir a inclusão da emenda, o movimento monarquista obteve a colheita de quase cinquenta mil assinaturas em abaixo-assinado.<sup>5</sup> Com base nestes argumentos, compreendemos que estudar essa disputa nos ajuda a entender o momento histórico da política brasileira dos anos posteriores ao processo de transição para a democracia, consagrada com a promulgação da Constituição de 1988, em que – durante a elaboração do texto constitucional – monarquistas e parlamentaristas encontraram uma brecha para colocarem as suas pautas em discussão, conseguindo, assim, aprovar a realização do plebiscito.

Além de pesquisar e discutir um acontecimento político à luz de referenciais teóricos da ciência política, entendemos o próprio trabalho e seu processo de elaboração, bem como qualquer produção acadêmica, como político. Não existe neutralidade nas produções científicas, a própria definição do tema, escolha de fontes e bibliografia já apontam para uma posição do pesquisador. Nosso estudo se insere, então, na temática da história política recente do Brasil. Para Angela de Castro Gomes, a produção de estudos políticos de temas do presente iniciou com a ciência política, que serviu de base teórica para os estudos historiográficos na temática política e estreitou as relações entre estes dois campos de conhecimento. A revitalização do estudo político do presente no âmbito histórico se deu a partir de uma “ressignificação da história política, que trouxe consigo algumas orientações inovadoras e fundamentais”: a história política teria fronteiras fluidas com outros campos da realidade social; haveria um privilégio do acontecimento; a incorporação do tempo presente; e o impacto da utilização de novas metodologias.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm) Acessado em: 09/08/2018.

<sup>5</sup> GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente> Acessado em: 09/08/2018.

<sup>6</sup> GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura, etc. In: Revistas Estudos Históricos, v.09, n.17. Rio de Janeiro, 1996, p.63.

A política brasileira é frequentemente alvo de discussões midiáticas e acadêmicas, principalmente em períodos de crise. Em momentos como o que vivemos agora – em que forças conservadoras ganham espaço à medida que forças progressistas desarticuladas tentam, com muita dificuldade, se reorganizarem –, propostas de discussões mais sérias sobre as disputas políticas que acontecem dentro (e fora) da mídia devem receber a atenção também de historiadores. O interesse pelo estudo da história do tempo presente e história política recente ganhou maior atenção a partir dos anos 1980, no caso do Brasil, no período em que se dá o processo de redemocratização. Assim, a escolha do tema se justifica pelo fato de o período posterior ao processo de redemocratização do país ainda não ter sido devidamente apropriado pela História.

Desta maneira, neste estudo, buscamos analisar este período enfocando em um dos acontecimentos da história recente da política brasileira, que tem muito dos seus personagens atuando ainda hoje no cenário político-partidário.<sup>7</sup> Referente a isso, devemos ter em mente que o recorte temporal deste trabalho pertence ao campo de estudos da história do tempo presente e, ainda que tenha aumentado o número de pesquisas acerca do presente, este ainda é visto com certa relutância por muitos historiadores. A história do tempo presente não se limita apenas aos acontecimentos imediatos<sup>8</sup>, mas também aos acontecimentos um pouco mais distantes no tempo que ainda são muito vivos no presente. Um dos marcos que pode ser considerado para estabelecer o tempo presente é a presença ativa de sujeitos protagonistas ou testemunhos do passado que vivenciaram o tema de pesquisa estabelecido e podem fornecer suas narrativas como fontes históricas. É devido a essa particularidade em relação aos demais campos de estudos historiográficos, o fato de existir uma memória social ativa, que a história do tempo presente pode utilizar-se mais largamente – se comparada aos outros campos de estudos – de fontes orais. A utilização de fontes orais também foi alvo de grandes debates dentro do campo historiográfico, pois se acreditava que, por estarem intimamente ligada à memória, poderiam não ser tão confiáveis, visto que sofrem adulterações, alterações e manipulações constantes. Porém, acreditamos que é trabalho do historiador analisar de maneira crítica a fonte, assim como o faria para qualquer

---

<sup>7</sup> Os principais agentes políticos que ainda atuam são Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Roberto Requião (MDB), representando a frente presidencialista; José Serra (PSDB), Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e Iris Rezende Machado (MDB), pela frente parlamentarista.

<sup>8</sup> Há uma diferença conceitual entre história do tempo presente, história imediata, história contemporânea, história recente e história atual, mas todas têm no recorte temporal da contemporaneidade a sua marca, fazem do passado próximo o objeto de estudo do historiador.

outro tipo de documentação, visto que documentos escritos também podem sofrer adulterações, alterações ou manipulações.

Ainda que este trabalho não se proponha a analisar a atual conjuntura política, questionamentos e reflexões propostos podem ajudar a compreender como se dá a disputa político-partidária durante as campanhas, quais as estratégias utilizadas, as alianças que são feitas e desmanchadas e a própria ideia de democracia. Partindo do pressuposto que tanto o período de redemocratização quanto o presente período são momentos de reformulação política, em que novos projetos de sociedade e de governabilidade entram em conflito, se torna relevante investigar as disputas que ocorrem no jogo político e suas estratégias para vender aos eleitores seus programas por meio da formulação de ideias-força. Assim como também se justifica pelo fato do movimento pró-monarquia – e outros discursos esvaziados e apolíticos baseados na ideia de união e pacificação nacional – frequentemente conseguir atrair visibilidade em momentos de crises<sup>9</sup>, mesmo que seja para desacreditá-lo.

Na medida em que os cidadãos são reduzidos ao estatuto de consumidores no campo político, tornando-se “eleitores-consumidores”, a campanha eleitoral e a propaganda política ganham grande peso para a compra dos programas e ideias que são ofertados.<sup>10</sup> É, especialmente, na campanha eleitoral que os “profissionais” do campo

---

<sup>9</sup> Em 1993, ano em que foi realizado o plebiscito, o Brasil continuava mergulhado na crise deixada pelo governo civil-militar. Além disso, como será visto posteriormente, o *impeachment*, em 1992, do primeiro presidente eleito por voto direto agravou a crise político-institucional. Ainda que com grandes diferenças e particularidades, esses discursos esvaziados voltam a ganhar força no momento em que vivemos agora, período também marcado por uma grave crise econômica e político-institucional. Vale ressaltar que o “príncipe” Luiz Philippe de Orleans e Bragança, nestas eleições de 2018, obteve mais de 100 mil votos e conseguiu se eleger como deputado federal pelo estado de São Paulo. Antes disso, ele havia sido convidado para o cargo de vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro.

<sup>10</sup> Nesse sentido, o conceito de “sociedade do espetáculo” de Guy Debord é utilizado para evidenciar o poder que as imagens exercem na sociedade contemporânea, especialmente pensando no caso das propagandas. Debord definiu o espetáculo como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens, sendo impossível separar essas relações sociais e as relações de produção e consumo de mercadorias. O papel desempenhado pelas propagandas e marketing ilustra perfeitamente esse conceito. Tudo está mercantilizado e envolvido por imagens, inclusive a política. A produção de imagens e a valorização da dimensão visual da comunicação são importantes formas para o exercício do poder. Num trabalho futuro, pretendemos aprofundar a questão da análise também do visual, não apenas dos discursos, das campanhas políticas.

político proporcionam ao “profano”<sup>11</sup> a oferta de produtos e ideias, que estes devem escolher. Comprendemos, de acordo com o referencial de Bourdieu, que a campanha eleitoral

[...] assume pois a forma de uma luta pelo poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e de prescrever, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, que é ao mesmo tempo uma luta pelo poder sobre os “poderes públicos” (as administrações de estado). Nas democracias parlamentares, a luta para conquistar a adesão dos cidadãos (o seu voto, as suas quotizações, etc.) é também uma luta para manter ou para subverter a *distribuição de poder sobre os poderes públicos* (ou, se se prefere, pelo monopólio do uso legítimo dos recursos políticos objetivados, direito, exército, polícia, finanças públicas, etc.). Os agentes por excelência desta luta são os partidos, organizações de combate especialmente ordenadas em vista a conduzirem esta *forma subliminada de guerra civil*, mobilizando de maneira duradoura, por previsões prescritíveis, o maior número possível de agentes dotados da mesma visão de mundo social e do seu porvir. <sup>12</sup> (grifo do autor)

Sobre a questão da documentação, sabemos que os veículos de comunicação estão sendo utilizados como ferramentas para pesquisas na área de história, das ciências sociais e de outros campos do conhecimento há bastante tempo. Para Peter Burke e Asa Briggs, se faz necessário “mostrar a importância do passado em relação ao presente, trazendo a história para o interior dos estudos de mídia, e a mídia para dentro da história.”<sup>13</sup> Porém, o veículo utilizado majoritariamente por historiadores é o documento escrito: jornais, revistas, editoriais, entre outros. Nesse sentido, são utilizadas as edições do jornal *Tribuna da Imprensa*<sup>14</sup> veiculadas entre 01/04/1993 e 22/04/1993 como forma de apoio no que se refere às questões factuais que aconteceram ao longo da campanha plebiscitária. O recorte temporal da consulta aos periódicos não

---

<sup>11</sup> Bourdieu faz a separação no campo político entre "profissionais" e "profanos", sendo os últimos os consumidores de produtos políticos produzidos pelos primeiros na disputa interna.

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 174.

<sup>13</sup> BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Uma história social da mídia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.9.

<sup>14</sup> Tribuna da Imprensa é um jornal brasileiro fundado em 27 de dezembro de 1949, no estado do Rio de Janeiro, pelo jornalista Carlos Lacerda. A escolha deste jornal se deu porque optamos por um acervo que esteja disponível online para consulta e que não tenha cobrança para a utilização da fonte (como alguns outros periódicos têm, vide o Jornal do Brasil), visto que será utilizado como fonte de apoio, e não prioritária.

engloba toda a campanha<sup>15</sup>, pois, como o meio de comunicação em questão será utilizado apenas como forma de apoio, preferimos restringir para as edições mais próximas da data do pleito. Além dos periódicos, também selecionamos outros documentos para serem utilizados de forma subsidiária, por julgarmos serem relevantes para encontrar “a ilustração da ideia que queremos provar”<sup>16</sup>, como a carta de Dom Luiz de Orleans e Bragança enviada em 1987 aos constituintes<sup>17</sup>, a cartilha de 1993 produzida por Paulo Vannuchi e Frei Betto, que visava “ajudar no esclarecimento político dos eleitores”<sup>18</sup>, e o livro lançado pela frente Presidencialismo com República, sob organização de Darcy Ribeiro, em que constam os manifestos e textos de diferentes lideranças políticas ligadas à essa frente.<sup>19</sup> Essas fontes, que irão se relacionar com as fontes prioritárias, serão base para a contextualização do momento histórico que trata esta pesquisa.

No entanto – tendo cuidado no que se refere às questões metodológicas por utilizar diferentes tipos de fontes – consideramos que outro tipo de fonte midiático mereça atenção dos historiadores, especialmente devido a sua grande disseminação e importância para um país que até pouco tempo apresentava grandes taxas de analfabetismo: a televisão. Tendo isso em mente, serão utilizados como fontes prioritárias 10 propagandas na íntegra do horário eleitoral gratuito e obrigatório e o debate realizado na televisão<sup>20</sup> às vésperas do plebiscito. Sobre a utilização de

---

<sup>15</sup> A campanha plebiscitária nas emissoras de rádio e televisão durou o período de 60 dias, conforme previa a o Art. 5º da LEI Nº 8.624, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1993: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm) Acessado em: 22/10/2018.

<sup>16</sup> ELMIR, Cláudio Pereira. Uma Aventura com o *Último Hora*: O jornal e a pesquisa histórica. Conferência de abertura do Colóquio Fontes periódicas: imprensa política e cultural latino-americana do PPG da UFRGS, 2007, p.17. apud. TRINDADE, Rhuan Targino Zaleski. A divisão das oposições e as oposições divididas: a rivalidade PDT x PMDB na campanha eleitoral de 1982 no Rio Grande do Sul, 2011, p. 16.

<sup>17</sup> ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz de. Carta aos constituintes. São Paulo, 7 de setembro de 1987. Cópia digitalizada do texto na íntegra encontra-se disponível em: <http://www.monarquia.org.br/carta-aos-constituintes-1987.html> Acessado em: 15/10/2018.

<sup>18</sup> VANNUCHI, Paulo; Frei BETTO. O Plebiscito de 1993: Monarquia ou República? Parlamentarismo ou Presidencialismo? Rio de Janeiro: ISER, 1993, p. 9. Os autores diferenciam sua cartilha dos demais documentos que foram elaborados durante a campanha, pois a linguagem adotada fora “acessível a todos, cujo objetivo não é apontar uma posição favorável a qualquer das propostas em jogo” p.9

<sup>19</sup> RIBEIRO, Darcy (org.). Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia, Presidencialismo X Parlamentarismo. Petrópolis: Vozes, 1993.

<sup>20</sup> O debate foi realizado na Rede Bandeirantes e foi transmitido no rádio e televisão. A medição foi feita pelo apresentador e jornalista Francisco Pinheiro e contou com a participação de Mario

propagandas como objetos de estudos, Peter Burke e Asa Briggs mencionam que os estudos acadêmicos da propaganda iniciaram a partir do século XX, especialmente pela eclosão das duas guerras mundiais e o impacto que as propagandas exerceram na mobilização e radicalização da sociedade civil.<sup>21</sup> As propagandas analisadas, por questão de acesso às fontes, não seguem uma cronologia na data em que foram transmitidas na televisão e dois programas não foram possíveis datar. Porém, como a análise da construção de ideias-força se deu por problemas temáticos colocados pelas três frentes parlamentares, acreditamos que essa dificuldade no estabelecimento de uma linearidade das fontes não acarretou grandes prejuízos nas conclusões a que chegamos.

A década em que se deu a realização do plebiscito é considerada “a” década da televisão, pois é neste momento em que a televisão assume uma particularidade entre os demais meios de comunicação. Para Bourdieu, a televisão pode exercer uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica e expõe um grande perigo a vida política e a própria democracia.<sup>22</sup> Complementando a questão colocada do perigo da mídia à vida política, uma das preocupações para Noam Chomsky é como se dá a relação da democracia com as propagandas políticas, ou melhor, que tipo de democracia é possível num contexto em que grupos econômicos poderosos controlam as empresas de publicidade e mantêm relações estreitas com os governos. Nas palavras do autor,

A mídia é um monopólio coletivo. Todos têm o mesmo ponto de vista. Os dois partidos são duas facções do partido dos negócios. A maioria da população nem se dá ao trabalho de votar porque isso parece não fazer sentido. Ela encontra-se marginalizada e devidamente distraída.<sup>23</sup>

Ainda que o tipo de fontes desta pesquisa não seja exatamente o mesmo das fontes utilizadas por Chomsky e o espaço analisado seja diferente – este utiliza propagandas governamentais e sua análise se concentra especialmente nos EUA –, é possível aproveitar e relacionar as suas conclusões com o tema deste trabalho. Para ele,

---

Covas (PSDB) representando a frente Parlamentarismo com República, Antônio Cunha Bueno (sem partido) representando a frente Parlamentarismo com Monarquia e Roberto Requião (PMDB) representando a frente Presidencialismo com República.

<sup>21</sup> BRIGGS, Asa. BURKE, Peter. Uma história social da mídia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.11.

<sup>22</sup> BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, p. 22.

<sup>23</sup> CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 29.

o objetivo principal de uma propaganda, especialmente a política, é esvaziar o seu potencial de reflexão, criando “um *slogan* do qual ninguém vai discordar e todos vão apoiar. Ninguém sabe o que ele significa porque ele não significa nada.”<sup>24</sup> Chomsky também fala sobre a necessidade de “falsificar completamente a história” e de um “esforço imenso para reconstruir a história” por parte dos grupos dominantes e meios de comunicação.<sup>25</sup> A mídia tem o papel de tornar a versão dos grupos dominantes como a versão oficial e fazer com que ela seja compreendida por todos. Desse modo, consideramos as propagandas políticas e debates realizados na televisão aberta como instrumentos privilegiados para a análise dessas disputas do jogo político e o meio pelo qual ele busca se legitimar externamente, chegando diretamente aos eleitores.

Esta pesquisa pretende, então, contribuir para os estudos de história política; a relação de história e mídia; disputa partidária (plebiscitária) e, especificamente, como se dá a formulação de ideias-força nas disputas político-partidárias que chegam até os eleitores pelos meios de comunicação, considerando que as ideias políticas são utilizadas como recursos eleitorais dos agentes políticos durante as campanhas eleitorais. Para orientar as discussões, será utilizado o referencial teórico de Pierre Bourdieu, no qual ele desenvolve a teoria do campo político, que, segundo a definição do autor, é “entendido ao mesmo tempo como campo de forças e como campo de lutas que têm em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em dado momento”<sup>26</sup>, assim, em sua definição,

O campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de “consumidores”, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 26.

<sup>25</sup> CHOMSKY, Noam. Mídia: propaganda política e manipulação. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013, p. 36.

<sup>26</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 163-164.

<sup>27</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 164.

Para o autor, a noção de campo político tem muitas vantagens, pois “ela permite construir de maneira rigorosa essa realidade que é a política ou o jogo político.”<sup>28</sup> Em sua teoria, um campo é um microcosmo autônomo no interior do macrocosmo social. Este trabalho não tem a pretensão de discutir a aplicabilidade do conceito de campo para o caso brasileiro, mas apenas identificar a partir deste as noções de relação contrastante, espaço de lutas e tomadas de posição. Assim, pensando nessas questões e no conceito de ideias-força, levantamos a seguinte questão: por que foi possível em 1993 – após 104 anos do fim da monarquia e 30 anos após a realização do plebiscito para escolha entre parlamentarismo e presidencialismo, no qual o presidencialismo obteve vitória – ser realizado um plebiscito para a escolha da forma e sistema de governo do país; e como se deu a rivalidade entre estas diferentes propostas durante a elaboração do texto constitucional e, especialmente, na realização do plebiscito? Este trabalho visa elucidar como o momento histórico e as disputas partidárias construíram essa rivalidade e a forma como as ideias-força aparecem nas propagandas e no debate colocando as diferentes propostas em disputa relacional e contrastante. O referencial teórico será utilizado para uma conjuntura específica, que se refere à disputa plebiscitária e à produção de ideias em um contexto social e político determinado.

A escolha da análise das ideias-força durante a campanha se deu de forma temática. Alguns assuntos da campanha estiveram presentes em todas as frentes envolvidas, como a grave crise em todas as esferas pela qual o país passava e o recente processo de *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, cada frente tomando para si pontos que fossem favoráveis com o tipo de sistema defendido, de modo que o mesmo expediente era utilizado por todas as frentes na medida em que se contrastavam. Outros temas específicos de viés econômico também eram abordados por todas as frentes, como a fome, miséria, a necessidade de se investir no desenvolvimento do país, mortalidade infantil, inflação e o problema da corrupção. Todos esses temas evidenciam o momento de crise pela qual o país estava passando e eram utilizados pelas frentes, cada frente se colocando como único meio capaz de solucionar os grandes problemas do país, de forma explícita ou não, em seus discursos. Assim, constatamos que o principal expediente da luta política utilizado durante as campanhas foi a crise e que a própria realização do plebiscito se deu devido a isso, neste último considerando a crise política do fim do período ditatorial como o principal meio pelo qual foi possível colocar em

---

<sup>28</sup> BOURDIEU, Pierre. Campo político. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 5. Brasília, janeiro-julho de 2011, p.194.

pauta as propostas monarquistas e parlamentaristas. Na frente parlamentarista, essa ideia-força se resumiu no *slogan* “Não queremos mais crises, queremos soluções.” Sobre isso, Bourdieu aponta que

Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes políticos ativos” e os “agentes politicamente passivos” e a constituir leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.<sup>29</sup>

Entretanto, ainda que a análise da luta política deva considerar os determinantes econômicos e sociais, Bourdieu também aponta que

seria um erro subestimar a autonomia e eficácia específica de tudo o que acontece no campo político e reduzir a história propriamente política a uma espécie de manifestação epifenomênica das forças econômicas e sociais de que os atores políticos seriam, de certo modo, os títeres.<sup>30</sup>

De modo que, apesar de diferentes campos se relacionarem uns com os outros, é necessário perceber que eles não perdem suas autonomias. Assim, o campo político se relaciona com o campo econômico, mas este não se sobrepõe às regras internas do campo político.

Consideramos que “basta as ideias serem professadas por responsáveis políticos, para se tornarem ideias-força capazes de se imporem à crença ou mesmo em palavras de ordem capazes de mobilizar ou desmobilizar”<sup>31</sup>, de modo que essas ideias-força, segundo Bourdieu, “têm o poder de fazer com que o porvir que elas anunciam se torne verdadeiro”<sup>32</sup> e essa verdade dependeria da autoridade e da capacidade daquele que as pronuncia de fazer crer na sua veracidade, pois “as ideias-força devem uma parte do seu crédito ao crédito da pessoa que as professa” e da sua capacidade de fazer crer na sua

---

<sup>29</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.163.

<sup>30</sup> Ibid. p.186.

<sup>31</sup> Ibid. p.187.

<sup>32</sup> Ibid. p.186.

veracidade e na sua autoridade.”<sup>33</sup> Nesse sentido, o jogo político oscila entre dois critérios de validação: 1) a ciência, ou seja, na capacidade de comprovar a sua veracidade por meio de um discurso/ato que visa ser reconhecido por um grande grupo; 2) o plebiscito, no qual se entende a aceitação ou não dessa verdade pelo grupo alvo.<sup>34</sup>

Assim, manifestações políticas num discurso público constituem por si um ato de instituição dessa ideia e representam, por isso, uma forma de oficialização e legitimação desta. No plebiscito, monarquistas, republicanos, parlamentaristas e presidencialistas fornecem ideias políticas que se relacionam e se contrastam, na medida em que opõem as propostas na luta pelo voto, tendo em vista atacar pontos centrais que fazem jus ao momento histórico em questão. De modo que é, especialmente, na campanha plebiscitária/eleitoral que os profissionais proporcionam aos eleitores a oferta de produtos políticos e ideias, que estes devem escolher.

Sobre este aspecto, evidenciamos ainda com Bourdieu, que “a produção de ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada, de fato, à lógica da conquista do poder.”<sup>35</sup> Essas ideias políticas são determinadas tanto por pressões internas do campo, quanto pela necessidade de legitimação externa ao mesmo, sendo elas legitimadoras da luta no campo político. Os meios de comunicação são a principal forma pela qual o campo político se legitima externamente, pois são eles os responsáveis por direcionar questões do campo político para fora dele, ou seja, fornecer ao “profano” os produtos políticos produzidos na luta interna do campo. Foi durante a campanha plebiscitária que constatamos de que modo as três frentes vão colocar-se uma em oposição a outra, diferenciando-se através da produção de expedientes que ao mesmo tempo são contrastantes com relação ao outro e constroem a imagem que a frente quer transmitir de si.

Quanto à estrutura, o trabalho foi dividido em dois capítulos. O primeiro busca analisar o contexto da redemocratização e realização da Assembleia Nacional Constituinte, meio pelo qual os monarquistas e parlamentaristas encontraram a chance de colocar sua pauta em discussão. Também é nesse capítulo que se discute como se deu a disputa desses diferentes projetos de governo dentro da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, comissão responsável por essa questão. O segundo capítulo é dedicado especialmente ao plebiscito e às disputas durante a campanha,

---

<sup>33</sup> Ibid. p. 187.

<sup>34</sup> Ibid. p.183-185.

<sup>35</sup> Ibid. p.175.

priorizando o que foi veiculado na televisão. Nele abordamos a forma como as ideias-força aparecem colocando as frentes parlamentares em disputa relacional e contrastante, na medida em que se apresentam como projetos políticos distintos para os eleitores.

# 1 ABERTURA POLÍTICA E PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

## 1.1 O fim do Regime

A ditadura no Brasil, apesar de muitas semelhanças com as demais ditaduras que se espalharam pelo Cone Sul durante a década de 1960, tem, também, muitas peculiaridades. Como esse trabalho tem como recorte temporal o final da década 1980 e o início da década de 1990, inicialmente é preciso se dedicar ao processo de redemocratização do país no qual se concentram algumas dessas peculiaridades. As principais questões, muitas já levantadas durante o processo de abertura política, são o

alto grau de controle dos herdeiros do regime sobre o processo de transição, o continuísmo das práticas patrimonialistas e clientelistas predominantes no cenário político brasileiro, a heterogeneidade e desorganização dos setores populares que facilitam a existência de uma “simbiose” entre a burguesia e o Estado, tornando, deste modo, mais difícil o caminho da modernização e da democratização das relações sociais no país.<sup>36</sup>

Existe a crítica, com razão, da continuidade do autoritarismo no bojo da própria transição democrática e essa continuidade pesa sobre a nossa própria concepção de democracia. A avaliação de muitos pesquisadores do período é que a transição foi conservadora e acentuou seus traços conservadores, e essa percepção se mostra cada vez mais evidente na história presente do país. Nas discussões que se deram no período, muitos pesquisadores já consideravam que, no caso brasileiro, o processo das responsabilidades dos militares ficou aquém do necessário. “No Brasil, os julgamentos dos militares ecoaram, especialmente, para os ‘herdeiros do regime anterior’, como um barulho muito além do suportável.”<sup>37</sup>

Essa continuidade da influência dos militares esteve presente de forma ativa e direta durante a condução do projeto de abertura política, incluindo a última eleição indireta para presidente, em 1985, e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. É neste último evento que encontramos o que viabilizou a realização do plebiscito, em

---

<sup>36</sup> WEFFORT, Francisco C. Incertezas da transição na América Latina. Lua Nova. São Paulo, Março/89, nº16, p.8.

<sup>37</sup> Ibid. p.10.

1993, sobre forma e sistema de governo. Essas questões estão intimamente relacionadas à própria ideia de democracia que há no Brasil. Durante a Constituinte, os defensores do plebiscito – monarquistas e parlamentaristas – alegavam que a realização da consulta popular sobre forma e sistema de governo fazia parte do jogo democrático, ainda que tais questões, principalmente a da monarquia, já estivessem superadas. Isso corrobora com a ideia de que decisões importantes, tais como essas, possam ser colocadas para a população decidir sem o devido esclarecimento, desde que pautada sob viés pseudodemocrático. De acordo com Bourdieu,

os produtos políticos oferecidos pelo campo político são instrumentos de percepção e de expressão do mundo social [...] a distribuição das opiniões numa população determinada depende do estado dos instrumentos de percepção e de expressão disponíveis e que os diferentes grupos têm a esses instrumentos.<sup>38</sup>

A visão de democracia dos defensores do plebiscito é de que se há apoio popular, então é democrático. Cunha Bueno, no debate realizado pela Rede Bandeirantes, mostrou orgulho ao falar que a emenda do plebiscito fora uma das poucas emendas populares e, por isso, considerava que ela não estivesse “fora do tempo”, como questionado pelo mediador, o jornalista e apresentador Francisco Pinheiro.<sup>39</sup> Para eles, a democracia é algo “substancial”, “participativo”<sup>40</sup>, não se preocupando necessariamente com direitos sociais e políticos. Ainda que a Constituição considere plebiscitos, referendos e leis de iniciativa popular<sup>41</sup> como instrumentos de participação direta da

---

<sup>38</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.165.

<sup>39</sup> Debate entre as três frentes parlamentares realizado na Rede Bandeirantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

<sup>40</sup> REZENDE, Maria José de. A democracia no Brasil: elementos norteadores do debate desenvolvido na segunda metade do século XX. In: Rev. Mediações, Londrina v.1, n.2, p.32-45, jul./dez. 1996, p.38.

<sup>41</sup> A principal diferença entre o plebiscito e o referendo é que no plebiscito a população é convocada para opinar sobre o assunto em debate antes que qualquer medida tenha sido adotada, fazendo com que a opinião popular seja base para elaboração da lei posterior. No caso do referendo, o Congresso discute e aprova inicialmente uma lei e, então, os cidadãos são convocados a dizer se são contra ou favoráveis à nova legislação. Para muitos presidencialistas, a decisão sobre forma e sistema de governo por meio de um plebiscito fora um equívoco da constituinte e, na ocasião de um programa do horário gratuito, Leonel Brizola acusou os parlamentaristas de estarem planejando uma nova manobra para impor o parlamentarismo, um referendo que seria realizado após cinco anos da realização do plebiscito. Apesar de a consulta

população no processo democrático, a realização destes não significa que foram conduzidos de forma democrática. E é baseado nessa noção de democracia que, por mais inusitado que pareça, foi possível realizar um plebiscito sobre forma e sistema de governo no ano de 1993.

## 1.2 A primeira batalha: a escrita do texto constitucional

Com o processo de redemocratização, foram, então, colocados diferentes projetos políticos para o futuro do país. Esses diferentes projetos entraram em conflito, especialmente, durante a elaboração do texto constitucional. Durante a Assembleia Nacional Constituinte, as discussões da forma e, principalmente, do sistema de governo que o Brasil adotaria ganharam grande repercussão entre os agentes que estavam participando da elaboração do texto. As discussões foram concentradas essencialmente na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo e suas respectivas subcomissões. Ao longo das reuniões da referida comissão um problema foi posto em questão: alguns parlamentares acreditavam que a definição do sistema de governo deveria ser feita entre os próprios parlamentares para que a redação do texto constitucional pudesse ser elaborada de acordo com o sistema de governo previsto; enquanto outro grupo de parlamentares acreditava que essa definição não poderia ser decidida de forma apressada, pois seriam necessárias mais discussões com a sociedade em torno desse problema. Nas palavras de Limongi,

[...] o debate público era dominado pela ideia de que a sorte do país e não apenas a estabilidade política estava atrelada de forma direta e mesmo imediata às opções institucionais a serem consagradas na Constituição. A forma<sup>42</sup> de governo a ser adotada ocupava o centro do debate, vista como uma espécie de primeiro princípio do qual tudo o mais dependeria, da retomada

---

popular realizada em 1963 ter sido chamada de plebiscito – consulta feita após a imposição do sistema parlamentarista, no ano anterior, que visava diminuir os poderes do presidente João Goulart que havia assumido após a renúncia de Jânio Quadros - esta foi, na verdade, um referendo. Além do referendo de 1963, após a redemocratização foi realizado mais um referendo a nível nacional, quando a população foi às urnas opinar sobre o Estatuto do Desarmamento, que proibia a venda de armas e munições no país. O plebiscito de 1993 foi o primeiro e único plebiscito nacional realizado no Brasil.

<sup>42</sup> O autor utiliza a expressão “forma de governo” ao longo do artigo referindo-se ao parlamentarismo e ao presidencialismo. Neste caso, o adequado seria “sistema de governo”.

do crescimento econômico à justiça social, passando, é claro, pela própria estabilidade política.<sup>43</sup>

De acordo com Garcia, “como previsto pelo regimento da Assembleia Nacional Constituinte, houve audiências públicas, com o intuito de terem os constituintes uma definição mais assertiva e que refletisse os anseios de toda a sociedade civil”<sup>44</sup>. O parlamentarismo venceu as batalhas iniciais dentro da Comissão, porém o regime presidencialista foi aprovado na votação que aconteceu em 22 de março de 1988. Ainda que o presidencialismo tenha obtido vitória entre os parlamentares para a continuidade da elaboração do texto constitucional conforme o sistema definido, os parlamentaristas não se deram por vencidos e encontraram uma nova chance de colocarem sua proposta em discussão.

O centro das discussões entre forma e sistema de governo, como mencionado anteriormente, foi concentrado principalmente no sistema de governo, pouco se discutindo na Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo a questão da forma: monarquia ou república, visto que, para a maioria, a questão da forma já estava há muito superada. Porém, a proposta monarquista acabou ganhando visibilidade, pois “a abolição da República em favor da restauração do Império do Brasil sob a dinastia bragançina foi vista pela maioria como algo inusitado.”<sup>45</sup>

Mesmo com a falta de apoio que a proposta contava, o deputado monarquista Antônio Henrique Cunha Bueno do PDS, conseguiu – durante a elaboração do texto constitucional, em votação que ocorreu em 29 de outubro de 1987 – evitar a inserção da Cláusula Pétrea<sup>46</sup>, que concebia a forma republicana de governo como intocável no texto constitucional. “A queda da Cláusula Pétrea foi, sem dúvida, uma vitória pessoal de Cunha Bueno, único constituinte assumidamente monarquista.”<sup>47</sup> Foi a primeira vez,

---

<sup>43</sup> LIMONGI, Fernando. FIGUEIREDO, Argelina. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. Lua Nova, n° 44, 1998, p.81-215, p.23.

<sup>44</sup> GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. 2017. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>

<sup>45</sup> NÉMETH-TORRES, Giovani. A odisseia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008, p.2.

<sup>46</sup> Dispositivo constitucional que não admite reforma, portanto, intocável no campo legal de um país.

<sup>47</sup> NÉMETH-TORRES, Giovani. A odisseia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008, p. 5.

na história das seis Constituições republicanas, que a cláusula pétrea que abolia, em maneira explícita ou não, os intentos contra a República foi suprimida.

De acordo com Ives Gandra, só foi possível o monarquista conseguir, “com seu trabalho isolado e persistente”<sup>48</sup>, contornar a norma imodificável, pois a decisão adotada pelos constituintes foi de não se submeterem ao texto constitucional anterior, apesar de preverem que as Cláusulas Pétreas de Cartas pretéritas não poderiam ser alteradas, visto que a Assembleia Constitucional fora convocada por uma emenda à Constituição de 1967 e não por uma ruptura de todo o ordenamento institucional. O monarquista, porém, defendia a legitimidade de sua proposta argumentando que a Lei anterior havia sido imposta arbitrariamente, não sendo oriunda dos anseios da sociedade após o debate constituinte. Derrubada a Cláusula Pétrea que proibia intentos contrários à República como forma de governo, o deputado conseguiu dar continuidade a sua “odisseia monarquista.”<sup>49</sup> Nas palavras de Garcia,

Para o deputado, um plebiscito deveria ser convocado para que o povo pudesse escolher a forma de governo que deveria vigorar no país como adimplemento de uma dívida histórica da República. Segundo ele, após o que chama de “*golpe militar da República*”, havido em 15 de novembro de 1889, o Governo Provisório previu, no art. 7º do Decreto Nº 1, que o voto da nação pronunciaria definitivamente a forma proclamada pelo sufrágio universal.<sup>50</sup> (grifo nosso)

O decreto referido pelo deputado é o de 15 de novembro de 1889:

DECRETO Nº 1, DE 15 DE NOVEMBRO DE 1889. Proclama *provisoriamente* e decreta como forma de governo a Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas pelas quais se devem reger os Estados Federais [...] Art. 7º - Sendo a República Federativa brasileira a forma de governo

<sup>48</sup> MARTINS, Ives Gandra da Silva. Plebiscito Sobre Forma de Governo. In: O Estado de São Paulo, 29 jan. 1988. p. 29. apud. GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>

<sup>49</sup> NÉMETH-TORRES, Giovani. A odisséia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008, p. 1.

<sup>50</sup> GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>

proclamada, o Governo Provisório não reconhece nem reconhecerá nenhum Governo local contrário à forma republicana, *aguardando, como lhe cumpre, o pronunciamento definitivo do voto da Nação*, livremente expressado pelo sufrágio popular.<sup>51</sup> (grifo nosso)

Na ocasião da campanha plebiscitária realizada em 1993, o sociólogo e cientista político Hélio Jaguaribe publicou no Jornal do Brasil um artigo atestando a tese dos monarquistas de que a destituição de Dom Pedro II fora feita por meio de um golpe que não representava a vontade da nação.

Há praticamente consenso, entre os estudiosos, quanto ao fato de que, se um plebiscito para opção entre Monarquia ou República fosse submetido, em 1889, a República não recolheria senão uma pequena minoria de votos. Estou convicto de que foi extremamente negativa, para o Brasil, a deposição do excelente monarca que foi Pedro II [...] Com essa deposição, as forças reacionárias contrariadas pela abolição – ademais de minorias idealistas – impediram que se consolidasse um regime de gabinete que teria poupado o país, entre muitas outras coisas, da sucessão de golpes que desde então o afligiram.<sup>52</sup>

Ainda que pouco mais de um mês depois, em 23 de dezembro de 1889, o novo governo tenha instituído o decreto número 85-A, no qual tornava a República definitiva e criava um tribunal militar para “julgar indivíduos contrários a nova ordem e que fossem acusados de conspiração”<sup>53</sup>, o deputado Cunha Bueno alegava que a proclamação da República se tratava de um golpe militar conduzido de forma arbitrária e, por isso, a República teria uma dívida histórica com a Monarquia, mas principalmente com a nação brasileira. Utilizando o decreto nº1 como argumento para uma discussão também sobre a forma do governo e respaldado pela emenda popular n.º

---

<sup>51</sup> BRASIL, República Federativa. Decreto nº1, de 15 de novembro de 1889. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1-15-novembro-1889-532625-publicacaooriginal-14906-pe.html> Acessado em: 23/11/2018.

<sup>52</sup> Artigo de Hélio Jaguaribe publicado no Jornal do Brasil e reproduzido no programa da frente monarquista transmitido no horário obrigatório em 06/04/1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s> Acessado em: 10/10/2018.

<sup>53</sup> NÉMETH-TORRES, Giovani. A odisséia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008, p. 1.

PE00051-2, que contava com a assinatura de 44.632 eleitores favoráveis à medida<sup>54</sup>, o deputado Cunha Bueno propôs que fosse realizado um plebiscito nacional para consultar a população sobre a forma do governo que o país adotaria: monarquia ou república. A emenda apresentada por ele ao plenário projetava a realização do pleito para o dia sete de setembro de 1992 e mencionava a possibilidade de escolha pelo eleitorado as opções fechadas de: República Presidencialista, República Parlamentarista e Monarquia Constitucional.

Cunha Bueno contou com o apoio do Chefe da Casa Imperial do Brasil<sup>55</sup>, Luiz de Orleans e Bragança, que encaminhou aos constituintes em setembro de 1987 uma carta, na qual ele apontava que durante o período imperial, não havia “discriminação” aos republicanos, que “gozaram de toda liberdade para exercer, inclusive, oposição à Monarquia” de forma reconhecidamente legal por meio de partidos políticos, tal como o PRP fundado em 1873. Para ele, o que aconteceu durante o regime republicano foi um *apartheid* ideológico contra os monarquistas.

Esse singular *apartheid* ideológico se torna, no Brasil de hoje, tanto mais incoerente quanto o regime de Abertura foi constituído sob o lema da repulsa a todas as discriminações e “*apartheids*”. A manutenção da referida “cláusula pétrea” no Brasil atual não tem, portanto, a menor razão de ser. [...] Como explicar que o regime republicano – o qual se pretende ainda mais cioso das liberdades do que o regime monárquico – tolha entretanto à causa monárquica o direito de existir no coração de muitos brasileiros, de se propagar e de disputar ante o País livre as preferências para si mesma? Não é isto amordçar o País, impedindo-o de escolher seus rumos quando e como ele quiser?<sup>56</sup> (grifo do autor)

A emenda foi aprovada pelo relator Bernardo Cabral do PMDB e apoiada por alguns constituintes, porém “a ideia de se restaurar a monarquia no Brasil um século

---

<sup>54</sup> GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>

<sup>55</sup> A Casa Imperial - ou Real, Princesca, Ducal, etc. - é a denominação usada para a dinastia que reina ou reinou em algum país. Em monarquias depostas, considera-se o Chefe da Casa dinástica como o herdeiro presuntivo em caso de restauração monárquica.

<sup>56</sup> ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz de. Carta aos constituintes. São Paulo, sete de setembro de 1987. Cópia digitalizada do texto na íntegra encontra-se disponível em: <http://www.monarquia.org.br/carta-aos-constituente-1987.html> Acessado em: 15/10/2018.

depois da queda do Império era, por muitos, vista como ironia.”<sup>57</sup> A emenda monarquista não conseguiu apoio suficiente para ser aprovada na Comissão e em primeiro de setembro de 1987 foi derrotada. Com a derrota da emenda, o deputado Cunha Bueno juntou forças com os deputados que defendiam o parlamentarismo e também tinham sofrido derrota em sua proposta.

### 1.3 O oportunismo parlamentarista

A emenda fundida entre monarquistas e parlamentaristas contou com apoio de 83 parlamentares e foi encaminhada para votação na sessão de três de junho de 1988, sendo aprovada por 495 constituintes, com 23 votos contrários e 11 abstenções. A data a ser realizado o plebiscito, porém, sofreu alteração. A nova proposta previa a realização do plebiscito para sete de setembro de 1993, adiando em um ano a data prevista inicialmente. A alteração da data se deu, pois a revisão da Carta Constitucional estava prevista para iniciar cinco anos após sua promulgação, em 1988.

Os parlamentaristas uniram-se aos monarquistas de forma estratégica: eles viram na emenda uma nova oportunidade para a mudança do sistema de governo, pois acreditavam que seria possível o parlamentarismo vencer no voto popular. Porém, essa aliança feita para a aprovação da emenda, durante a realização do plebiscito foi desmanchada, ficando os monarquistas isolados na disputa. Para os parlamentaristas, a emenda monarquista fora apenas um trampolim para a realização do plebiscito para decidir o sistema de governo. Sobre essa questão, o então senador Darcy Ribeiro do PDT, ferrenho defensor do sistema presidencialista, declarou:

Derrotado o parlamentarismo nos debates da Assembleia Constituinte, seus afeiçoados entraram em desespero, até que um mais sabido deles encontrou uma saída brilhante de um deputado solitário, o único monarquista do Congresso, falando sozinho pelos imensos corredores sobre sua proposta de devolver o poder ao rei. Recorde-se que isso ocorria justamente no ano em que se comemorava o centenário da República. Não podendo propor o parlamentarismo, que fora matéria votada e vencida, os fanáticos do parlamentarismo tiveram a brilhante ideia de apoiar um monarquista, acrescentando à sua proposta - *Você quer um rei?* - uma pergunta mais - *Que tal o parlamentarismo?* Esta é a história real, verdadeira, de um

---

<sup>57</sup> NÉMETH-TORRES, Giovani. A odisseia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008, p. 6.

episódio ridículo que deu lugar ao plebiscito que ocupará nos próximos meses milhões de brasileiros. Episódio de oportunismo irresponsável que, por si mesmo, já retrata a leviandade de muitos parlamentaristas. Não de todos, é certo, porque há, também, os inocentes úteis e até casos agudos de furor ideológico meio fanático.<sup>58</sup> (grifo do autor)

Nesse sentido, podemos observar como a aliança dos parlamentaristas com Cunha Bueno foi vista como um “oportunismo irresponsável” e mostrava a “leviandade” dos parlamentaristas. Essas declarações contrastam as duas propostas no que tange o compromisso das duas com a seriedade da elaboração do texto constitucional e projeto político para o país, visto que alguns defensores do presidencialismo se colocaram contra a aliança entre parlamentaristas e Cunha Bueno para conseguir realizar esse “episódio ridículo” que foi o plebiscito de 1993. Em contrapartida, os parlamentaristas e Cunha Bueno defendiam que a realização do plebiscito seria a forma mais democrática para a definição da forma e sistema de governo. Mais uma vez, a ideia de democracia destes parlamentares era defendida "sem questionar as formas de legitimação que lhes são inerentes."<sup>59</sup> Desse modo, um plebiscito para escolha da forma e sistema de governo era vista pelos parlamentares que defendiam a realização deste como algo legítimo, ainda que tais questões já estivessem superadas e tivessem sido retomadas por interesses de um grupo de parlamentares e não da sociedade. Afinal, para um país que na época tinha mais de 90 milhões de eleitores aptos a votar, a emenda apresentada por Cunha Bueno, que tinha menos de 50 mil assinaturas, representava uma parcela muito pequena da população.

Apesar das críticas, a união dos dois grupos para a votação garantiu a vitória da emenda, e a Constituição Federal de 1988 trouxe a previsão da consulta plebiscitária no art. 2º do ADCT, pela qual os cidadãos brasileiros teriam de escolher a forma e o sistema de governo que desejavam: República ou Monarquia? Presidencialismo ou Parlamentarismo?<sup>60</sup>

---

<sup>58</sup> RIBEIRO, Darcy. O golpe plebiscitário. In: RIBEIRO, Darcy. Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia, Presidencialismo X Parlamentarismo. Petrópolis: Vozes, 1993, p.110.

<sup>59</sup> De acordo com Pécaut (1990, p.99), conforme citado por Rezende (1996, p. 32).

<sup>60</sup> GARCIA, Francisco Tadeu Lima. Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>

#### 1.4 A cédula imperfeita

Diferente das três opções fechadas que propôs Cunha Bueno na proposta de emenda apresentada, para o voto do plebiscito o eleitor deveria escolher separadamente a forma e sistema de governo. Ainda que não seja possível uma monarquia presidencialista, algum eleitor confuso poderia votar dessa forma escolhendo monarquia na forma e presidencialismo no sistema. Tal preocupação levou o ministro Paulo Brossard, então no cargo de presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a aparecer mais de uma vez durante a propaganda gratuita “para esclarecer a opinião pública em dois sentidos: não pode haver presidencialismo monárquico, mas pode haver parlamentarismo republicano.”<sup>61</sup> Além disso, foi criado um disque-plebiscito, responsável por esclarecer os eleitores quanto à votação.<sup>62</sup>

	FORMA DE GOVERNO	SISTEMA DE GOVERNO
1	MONARQUIA	1 PARLAMENTARISMO
2	REPÚBLICA	2 PRESIDENCIALISMO

1ª DOBRA

“Cédula imperfeita permite escolha de rei e presidente.”<sup>63</sup>

Porém, ainda que uma monarquia presidencialista não faça sentido, caso o eleitor votasse dessa forma, seu voto não seria anulado, pois além de votar separadamente para escolha de forma e sistema de governo, os votos também seriam computados separadamente. De modo que o eleitor poderia votar da seguinte maneira sem que houvesse prejuízo na contagem do seu voto: escolhendo uma das três opções

<sup>61</sup> Jornal do Brasil, 01/04/1993, p.4.

<sup>62</sup> Tribuna da Imprensa, 03/04/1993, p.3.

<sup>63</sup> Tribuna da Imprensa, 20/04/1993, p.2.

constitucionais possíveis (Monarquia Constitucional, República Parlamentarista ou República Presidencialista), escolhendo uma quarta opção não prevista (Monarquia Presidencialista), votando em branco para forma e/ou sistema de governo (podendo votar em branco nas duas ou apenas em uma), anulando o voto marcando todas as opções (podendo também anular ambas ou apenas uma).

A cédula de votação foi alvo de duras críticas pelos próprios representantes das frentes parlamentares, pois – além de permitir o voto numa monarquia presidencialista –, os parlamentaristas alegavam que o eleitor poderia ser induzido a pensar que o parlamentarismo só poderia ser votado se em conjunto com a monarquia, pois os dois estavam lado a lado e eram identificados como a opção 1. Um dos slogans da frente monarquista, inclusive, era “vote com tudo em cima”, enquanto a da frente Diretas Sempre era “vote 2 nos 2: república e presidencialismo. Para que você possa votar sempre.”

## 2 O SURREALISMO DA CAMPANHA

### 2.1 Os monarquistas sofrem mais um golpe

De acordo com o Art.2º do ADCT, o plebiscito seria realizado em sete de setembro de 1993, data em que se comemorariam os 171 anos da independência do Brasil, porém em 25 de agosto de 1992 foi decretada a Emenda Constitucional Nº 2 antecipando a realização do plebiscito para o dia 21 de abril de 1993. O parágrafo primeiro da EMC também decretou que a forma e o sistema de governo definidos pelo plebiscito teriam vigência em 1º de janeiro de 1995. A alteração da data foi fortemente criticada pelos monarquistas, que consideraram uma fraude antecipar a data em quase cinco meses, visto que isso diminuiria o tempo que eles teriam para trabalhar na campanha, o que acabaria sendo “prejudicial à matéria de esclarecimento da população”.<sup>64</sup> Mas a principal crítica foi a escolha da nova data, pois 21 de abril é um feriado nacional que visa lembrar a morte de Tiradentes, líder da Inconfidência Mineira – movimento separatista contra o domínio português, que pretendia adotar como forma de governo a República. Para os monarquistas, a escolha da data evocava os sentimentos republicanos, o que colocaria a legitimidade do plebiscito em perigo. O deputado Cunha Bueno, que assumiu a coordenação da Frente Monarquista, chegou a entrar com ações contra a antecipação da data.<sup>65</sup> Durante os programas transmitidos na televisão, eleitores do presidencialismo resgataram a memória de Tiradentes para votar contra a monarquia: “Tiradentes lutou pela República, né? E justamente no dia 21 de abril votar na Monarquia é realmente enforcar ele de novo”; “quem defende a monarquia deveria se lembrar que está enterrando a memória de Tiradentes.”<sup>66</sup> Do outro lado, Cunha Bueno usava a memória de repressão a outros movimentos sociais, realizados no período republicano, a fim de comprovar a ideia de que a República seria uma forma de governo mais autoritária que a monarquia. “Um erro não justifica o outro,

---

<sup>64</sup> Declaração de Cunha Bueno na ocasião do debate entre as três frentes realizado na Rede Bandeirantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

<sup>65</sup> Jornal do Brasil, 01/04/1993, p. 4

<sup>66</sup> Horário obrigatório exibido em 09/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s>. Acessado em: 10/10/2018.

mas você fala do esquiteamento de Tiradentes, mas e o esquiteamento de Canudos? E o esquiteamento da Guerra do Contestado, que a república massacrou 25 mil colonos? E o esquiteamento que estão fazendo agora?”<sup>67</sup>.

No mês seguinte à promulgação da EMC, em 29 de setembro de 1992, foi aberto o processo de impeachment do então presidente Fernando Collor de Mello, após denúncias de corrupção e a grande repercussão que obteve o movimento *pró-impeachment* Caras Pintadas. Um dia antes da votação do processo de *impeachment* no senado, Collor renunciou, porém o rito já iniciado continuou e Collor foi condenado à perda do mandato e à inelegibilidade por oito anos. Apesar da insatisfação dos monarquistas com a alteração da data, o clima de instabilidade política após o impedimento do presidente foi visto como um fator favorável para a campanha monarquista, que se utilizou desse episódio para vender a ideia de que a monarquia é uma forma de governo em que a corrupção seria mais fácil de ser combatida e garantiria uma maior estabilidade por meio do poder moderador do rei, conforme será visto posteriormente com mais detalhes.

Com a renúncia de Collor, o vice-presidente Itamar Franco assumiu a presidência do país em 29 de dezembro de 1992, cargo que ocupou até 1º de janeiro de 1995, quando passou a presidência para Fernando Henrique Cardoso. Em quatro de fevereiro de 1993, foi sancionado pelo então presidente a Lei Nº 8.624<sup>68</sup>, que “dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o Art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, alterado pela Emenda Constitucional nº 2.” No parágrafo primeiro do Art. 2º do ADCT foi promulgado que: “será assegurada gratuidade na livre divulgação dessas formas e sistemas, através dos meios de comunicação de massa cessionários de serviço público.”<sup>69</sup> No Art. 5º da Lei Nº8.624, ficou definido que “durante os sessenta dias que antecederem a véspera da realização do plebiscito, as emissoras de rádio e televisão reservarão, diariamente, trinta minutos de sua programação, para divulgar, em rede nacional, a propaganda relativa ao plebiscito.” Esse tempo foi dividido em dois horários para a transmissão dos programas,

---

<sup>67</sup> Declaração de Cunha Bueno na ocasião do debate entre as três frentes realizado na Rede Bandeirantes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>.

<sup>68</sup> BRASIL. Lei Nº 8.624 de quatro de fevereiro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm).

<sup>69</sup> BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, Senado, 1998.

assim como acontece com as campanhas eleitorais, sendo um transmitido no início da tarde e outro durante a noite.<sup>70</sup>

## 2.2 É dada largada a campanha

Em 19 de fevereiro, conforme previsto na LEI N° 8.624/93, iniciou a campanha nas emissoras de rádio e televisão. Durante o curso, a opinião de grande parte da população e, inclusive de muitos políticos, foi de que a campanha falhou em seu objetivo principal: esclarecer os cidadãos sobre as diferentes propostas para que estes pudessem votar de forma consciente. Durante as pesquisas realizadas sobre a intenção de votos, muitos eleitores se mostraram confusos e desinteressados, e apontaram que a campanha não fora bem conduzida “diante da importância do plebiscito que vai processar as mudanças no país.”<sup>71</sup> O número de desinteressados também se deu pela falta de credibilidade com a qual o plebiscito foi encarado, visto que para muitos era uma “bobagem”, “farsa oportunista” e “fiasco nacional”<sup>72</sup>. Esse desinteresse e descrédito resultaram numa abstenção de 25,76% do eleitorado<sup>73</sup> e somados os brancos e nulos – quase 10 milhões anularam o voto e os votos em branco somaram 3,4 milhões –, o número de pessoas que abriu mão de participar do resultado chegou a quase 40%.<sup>74</sup> Sobre o número de abstenções cada vez maiores durante os pleitos, Bourdieu aponta que há um tipo de

*Abstenção ativa*, a qual tem raízes na revolta contra uma dupla impotência, impotência perante a política e todas as ações

<sup>70</sup> Conforme previa o Art. 5º da LEI N° 8.624, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1993: “Durante os sessenta dias que antecederem a véspera da realização do plebiscito, as emissoras de rádio reservarão, diariamente, trinta minutos de sua programação, de sete às sete e trinta horas e outros trinta minutos de dezoito às dezoito e trinta horas; e as emissoras de televisão reservarão, diariamente, trinta minutos de sua programação, entre as treze e treze e trinta horas, e outros trinta minutos, entre as vinte e trinta e vinte e uma horas, para divulgar, em rede nacional, a propaganda relativa ao plebiscito.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm). Acessado em: 22/10/2018.

<sup>71</sup> Tribuna da Imprensa, 20/04/1993, p.3.

<sup>72</sup> Tribuna da Imprensa, 01/04/1993, p.3.

<sup>73</sup> Tribuna da Imprensa, 20/04/1993, p.2. O número de abstenção é considerado, visto que o voto no plebiscito foi obrigatório para todos, sendo facultativo apenas para os menores de 18 anos e maiores de 16 e analfabetos, não se diferindo muito das regras eleitorais do período em questão.

<sup>74</sup> A tabela com o resultado geral do plebiscito de 1993 foi construída com base nos registros disponíveis nas fontes documentais da Seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993/plebiscito-de-1993>. Acessado em: 13/10/2018.

puramente seriais que ela propõem, impotência perante os aparelhos políticos: o *apolitismo*, que assume por vezes a forma de um antiparlamentarismo [...].<sup>75</sup> (grifo nosso)

Essa ideia de um antiparlamentarismo será usada como expediente político pelos presidencialistas na ideia-força que formulam de que, para o legislativo, o voto acontece de forma mais despolidizada, sendo esse motivo pelo qual os eleitores não confiariam no parlamento para a eleição do Chefe de Governo. Apesar da abstenção ativa por parte do eleitorado, a campanha do plebiscito de 1993, principalmente da frente monárquica, criou alguns dos *slogans* mais famosos da história das campanhas políticas no Brasil: “Vote no Rei”; “Vamos Coroar a Democracia” e “Voto rebelde é na monarquia”.

A votação no plebiscito, conforme já visto anteriormente, se deu de forma separada para forma e sistema de governo. Porém, ainda que para a votação as opções de forma e sistema não estivessem fechadas, para a realização da campanha foram criadas as três frentes parlamentares possíveis constitucionalmente: Parlamentarismo com República, Presidencialismo com República e Parlamentarismo com Monarquia<sup>76</sup>. A definição da campanha em três frentes foram ao encontro ao que fora proposto por Cunha Bueno e, na lei, ficou definido que “sob a forma de sociedade civil, devem ter estatuto e programa definindo as características básicas da forma e do sistema de governo que cada qual defenderá.”<sup>77</sup> Ainda que a lei exigisse que fosse registrado um programa definido para cada frente, em tese, esse programa, como enfatizou o então governador do Estado do Paraná Roberto Requião, não valia “rigorosamente nada”<sup>78</sup>. A crítica dos presidencialistas se dava, porque, aprovado o parlamentarismo no plebiscito, o congresso não seria obrigado a manter o programa definido durante a campanha. Poderia, contrariando a vontade da nação, alterar o tipo de parlamentarismo que passaria a vigorar no país. Muitos presidencialistas apontaram, inclusive, para o risco de não se conseguir voltar para o sistema presidencialista caso o parlamentarismo saísse vitorioso, “porque Congresso algum abriria mão dele [do poder de eleger o Chefe de Governo]”<sup>79</sup>.

<sup>75</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.169.

<sup>76</sup> BRASIL. Lei Nº 8.624 de quatro de fevereiro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm).

<sup>77</sup> Ibid.

<sup>78</sup> Declaração do então governador do estado do Paraná, Roberto Requião, feita em debate transmitido pela Rede Bandeirantes em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=2s>. Acessado em 20/10/2018.

<sup>79</sup> Ibid.

Em sua defesa a acusação da possível alteração do parlamentarismo apresentado durante a campanha após aprovado, os parlamentaristas alegavam que sua proposta estava pronta, acabada e definida em todos os seus termos. Consideravam que por estar registrado em cartório, o compromisso com a proposta apresentada e aprovada pela maioria da frente era incontestável. Além disso, os parlamentaristas acusavam os presidencialistas de “não apresentarem nenhuma proposta inovadora”, apenas repetirem “o que já está aí”<sup>80</sup>, visto que o sistema vigente na história republicana do país, salvo o curto período de setembro de 1961 a janeiro de 1963, é o presidencialista.

Além da fragilidade no que tange a apresentação dos estatutos e programas apresentados pelas frentes, a própria organização por “frentes” foi vista pelo então governador do Rio de Janeiro, Leonel de Moura Brizola, como uma “simplificação fascista, como fez a ditadura com a ARENA e o MDB ao extinguir os partidos.”<sup>81</sup> Para Brizola, o pior problema da divisão por frentes foi a questão do tempo para os programas de rádio e televisão, pois as três frentes tiveram o mesmo tempo de programa, sendo que a frente Presidencialismo com República era a mais plural e com mais partidos na base de apoio<sup>82</sup>, entre eles o PT, PDT e PMDB.

Sobre a definição de como os partidos iriam se posicionar durante o plebiscito, num dos programas exibidos no horário obrigatório, o então presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, informou que a decisão do partido em se posicionar como presidencialista fora decidida em um plebiscito interno. “O PT não tem dono. Ao invés de uma pessoa decidir, consultamos as bases. Pouco mais de 70% decidiu que o PT deveria ser presidencialista. Eu acho que se todos os partidos fizessem como o PT fez, nós teríamos partidos muito mais democráticos e fortes no Brasil”, declarou Lula.<sup>83</sup> Em outro programa da frente Diretas Sempre, o então presidente nacional do PMDB, Orestes Quécia, também defendeu a posição do partido como presidencialista, ainda

<sup>80</sup> Declaração do então senador pelo estado de São Paulo, Mario Covas, feita em debate transmitido pela Rede Bandeirantes às vésperas do plebiscito, em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=2s>. Acessado em 10/11/2018.

<sup>81</sup> BRIOLA, Leonel. Casuísmo das elites. In: RIBEIRO, Darcy. Formas e Sistemas de Governo: República X Monarquia, Presidencialismo X Parlamentarismo. Petrópolis: Vozes, 1993, p. 128.

<sup>82</sup> A questão do tempo de programa relacionado ao número de partidos vinculados na frente se dá, pois, nas campanhas eleitorais o tempo de cada candidato para os cargos executivos (candidatos a prefeitos, governadores e presidentes) é determinado, no primeiro turno, pelo número de partidos que faz parte da coligação. Ou seja, tanto maior for o número de partidos que faz parte da coligação, maior será o tempo de programa do candidato.

<sup>83</sup> Horário obrigatório sem data certa. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygg6Yo>. Acessado em: 13/11/2018.

que alguns nomes tenham participado da campanha da frente parlamentarista. Quércia declarou que “80% do PMDB é presidencialista. A base do PMDB, o coração do peemedebista é presidencialista.”<sup>84</sup>

Devido a grande pluralidade dentro da frente Presidencialismo com República, foi estabelecido que “a utilização do espaço e do tempo respeitará posições político-partidárias diferenciadas, na proporção de sua representação parlamentar na respectiva frente.”<sup>85</sup> Assim, a frente se dividiu em dois principais programas: a de Leonel Brizola do PDT e a frente Diretas Sempre, que contou com mais tempo de programa, pois reuniu todos os demais partidos que assinavam a frente presidencialista. A frente Diretas Sempre não chega a se diferenciar do programa de Brizola, mas constrói um discurso de que “não é um programa de um partido político, deste ou daquele candidato, é o programa da Frente Presidencialista. Lideranças políticas de vários estados brasileiros. Lideranças de todos os partidos. Nós defendemos um conceito, uma ideia.”<sup>86</sup> Em contrapartida, Brizola se posiciona e formula um discurso que se diferencia dos demais presidencialistas. Brizola defende um “presidencialismo socializante”, um projeto autenticamente de esquerda, socialista e democrático e acusa os demais presidencialistas de representarem o oposto. Para ele era fundamental deixar claro as suas diferenças em relação aos demais presidencialistas, pois assumia que o presidencialismo atual, de fato, tinha problemas, e por isso seria necessário um presidencialismo democratizante, que deixasse de servir as oligarquias e aprofundasse a democracia brasileira:

Nós, evidentemente, não queremos esse presidencialismo, nós queremos um presidencialismo com as reformas de base, com as transformações que venham trazer justiça social para o povo brasileiro, para os seus trabalhadores e um futuro para a sua juventude.<sup>87</sup>

Ainda que Brizola tenha se posicionado como uma alternativa presidencialista diferente da que temos hoje, o principal alvo, ao se mostrar como um inimigo das

<sup>84</sup> Horário obrigatório transmitido em 09/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s>. Acessado em: 20/10/2018.

<sup>85</sup> BRASIL. Lei Nº 8.624 de quatro de fevereiro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm)

<sup>86</sup> Horário obrigatório, 01/03/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRNxJ9-bzoM>. Acessado em: 15/10/2018.

<sup>87</sup> Ibid.

oligarquias, era a frente parlamentarista. A ideia construída no seu argumento é de que o parlamentarismo seria um sistema de natureza colonial, em que a classe política é cúmplice desse sistema econômico que visa manter o povo marginalizado e excluído. Só o povo, por meio do voto direto, teria condições de derrubar esse sistema.

Por se distinguir explicitamente dos demais presidencialistas, as declarações de Brizola durante a campanha foram interpretadas por muitos parlamentaristas como uma propaganda eleitoral, vislumbrando as eleições previstas para ocorrerem no ano posterior da realização do plebiscito. Cunha Bueno chegou a acusar “os eventuais candidatos à sucessão presidencial de deturparem o plebiscito”<sup>88</sup> tornando a campanha plebiscitária em uma campanha presidencial. Na campanha da frente parlamentarista, num momento em que estavam apontando os “problemas do presidencialismo”, chegou a ser mostrado uma capa do jornal *O Globo* cuja manchete era “Freire critica campanha antecipada”<sup>89</sup>, a fim de comprovar a tese de que “o sistema presidencialista permite esse tipo de coisas”<sup>90</sup>, a suposta campanha presidencial antecipada. Por outro lado, Brizola acusava a frente parlamentarista de estar tentando impedir as eleições de 1994, porque “eles [elites privilegiadas] temem as eleições, querem evitar as eleições de 1994, porque sabem que o povo brasileiro nesse dia, com o voto direto, pode passar a limpo esse país.”<sup>91</sup>.

A frente Parlamentarismo com República contava, como já apontado, com alguns membros do PMDB, mas sua base era principalmente de representantes do PSDB. Já a frente Parlamentarismo com Monarquia ficou isolada e sem o apoio de nenhum partido, o único parlamentar que se associava a essa frente era o deputado, na época da realização do plebiscito sem partido, Cunha Bueno.

As três frentes se posicionam na campanha plebiscitária e formulam discursos a fim de se diferenciarem uma da outra, de maneira que cabe analisarmos a campanha e quais as ideias-forças produzidas por ambas as frentes, caracterizando uma relação contrastante e uma grande rivalidade. Nesse sentido, as frentes assumem o que Bourdieu chama de tomadas de posição, que

---

<sup>88</sup> Tribuna da Imprensa, 01/04/1993, p.2.

<sup>89</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s> Acessado em: 10/10/2018.

<sup>90</sup> Ibid.

<sup>91</sup> Horário obrigatório, 01/03/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRNxJ9-bzoM>. Acessado em: 10/10/2018.

*depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da problemática política como campo de possibilidades estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efetivamente ocupadas e das tomadas de posição efetivamente propostas no campo.*<sup>92</sup> (grifo nosso)

Assim, as três frentes vão colocar-se uma em oposição à outra, diferenciando-se através da produção de propostas que ao mesmo tempo são contrastantes com relação à outra e constroem a imagem que a frente quer transmitir de si mesma.

### **2.3 Alguns dos principais expedientes na luta pelo voto**

O *impeachment* do primeiro presidente eleito pelo voto livre e direto após a redemocratização agravou a crise pelo qual o país atravessava desde o fim do período conhecido como “milagre econômico”<sup>93</sup>. O plebiscito aconteceu poucos meses após o impedimento do ex-presidente Collor e, como já sinalizado, esse acontecimento foi utilizado pelas três frentes parlamentares como forma de comprovar suas teses. O uso do impeachment de forma contrastante nas ideias produzidas pelas diferentes frentes fica claro nos discursos dos agentes políticos durante a campanha. Presidencialistas, principalmente, consideravam que um plebiscito sobre forma e sistema de governo em pela crise econômica, social e político-institucional desviava a atenção para os problemas reais do país, como a fome, miséria, desemprego e inflação crescente. Porém, Cunha Bueno entendia que “é preciso discutir o sistema e não somente trocar o presidente como nós temos feito a cada quatro anos durante 104 anos e não temos conseguido resolver o problema. Não adianta falar que o que falta é vergonha na cara. Será que em 104 anos não apareceu alguém com vergonha?”<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup> BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p.178

<sup>93</sup> Hoje é consenso colocar em suspensão a afirmativa de que durante os anos da ditadura civil-militar o país passou por um “milagre econômico”. Sabe-se que tal “milagre” se deu à custa de arrocho salarial e brutal concentração de renda, até para os padrões capitalistas. O capital estrangeiro proporcionou um desenvolvimento industrial, como é possível verificar nas grandes obras realizadas, à custa do reforço dos laços de dependência estrutural do capital internacional. A maior parte da sociedade brasileira não pôde desfrutar os resultados materiais deste processo de maneira sustentável e equânime e muitos danos – especialmente os ambientais – causados durante a realização do suposto milagre são irreversíveis.

<sup>94</sup> Declaração de Cunha Bueno em ocasião do debate realizado na Rede Bandeirantes em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

Para os monarquistas e parlamentaristas, tais problemas – fome, miséria, desemprego, etc. – eram frutos justamente de um sistema presidencialista que não fora capaz de solucioná-los. A frente monarquista ia ao encontro do discurso da frente parlamentarista de que o presidencialismo não fora capaz de solucionar tais problemas e acrescentava que não apenas o presidencialismo não fora capaz, mas a República não o fora ao interromper “um processo institucional que desde a Reforma Saraiva, de 1880, se tornara efetivamente democrático”<sup>95</sup> e capaz de solucionar os grandes problemas sociais, como o problema da seca no nordeste. Durante um programa, a frente monarquista acusou a República de ter “abandonado” o nordeste ao não executar o projeto de desenvolvimento formulado durante o segundo reinado.

Mais de um século atrás Dom Pedro II tinha um projeto de engenharia avançada para implantar no nordeste e, muito provavelmente, hoje a seca e a fome já não estariam entre os problemas mais graves do país. E a República, o que fez? Ignorou, desprezou completamente, não apenas o projeto de Dom Pedro, mas os próprios anseios, a própria vida, a própria dignidade do povo nordestino.<sup>96</sup>

Para as duas frentes associadas ao parlamentarismo, a realização do plebiscito era, então, encarada como “a única oportunidade real” de reverter a atual situação na qual o país se encontrava. Na frente parlamentarista, essa ideia se resumiu no slogan “Ou o Brasil muda agora ou não muda nunca mais. Vote Parlamentarismo com República.” Na frente monarquista, o slogan produzido a partir dessa ideia-força da necessidade de mudança de governo para solução dos problemas foi “Voto rebelde é na Monarquia”, que reiterou a ideia de que somente a restauração da monarquia seria capaz de mudar radicalmente a situação que se tinha até então. O historiador Gastão Reis, em uma das aparições no programa da monarquia, questionou “será que voto rebelde é mesmo na República?” Sua conclusão foi de que não existe voto rebelde na situação e o presidencialismo é a situação. Para ele, o voto na República era um voto “acomodado”, pois, votando na República, o Congresso “vai ficar igualzinho o que é hoje. Não tem

---

<sup>95</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>96</sup> Horário obrigatório, 9/4/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s>. Acessado em: 10/10/2018.

*impeachment* para deputado federal, são quatro anos de mandato, vai ficar levando a vida mansa que você tanto repudia.”<sup>97</sup>

Seguindo a linha dos privilégios da casta política, os monarquistas defendiam que uma monarquia para o país traria menos custos do que o atual sistema republicano presidencialista. Questionados sobre a existência de uma corte num possível sistema monarquista, declararam que “corte existia no passado”<sup>98</sup>, que hoje “a corte existe no presidencialismo”<sup>99</sup> com os privilégios, regalias e penduricalhos que o sistema presidencialista permite. “No parlamentarismo monárquico existe o rei, a rainha e os seus filhos. A família real receberia um salário para se manter, mas os demais familiares não terão participação no governo.”<sup>100</sup> Essa ideia se coloca em oposição à prática do nepotismo mantida pela república, ao distribuir cargos entre familiares e como troca de favores. Além disso, monarquistas formularam a ideia de que a liberdade para a escolha do presidente da República era, na verdade, uma liberdade limitada, pois os “candidatos a presidentes são impostos ao eleitor pelos caciques dos partidos, de modo que torna essa repetitiva e enganosa campanha sobre o direito de voto no mínimo cínica.”<sup>101</sup>

Ainda que os presidencialistas não considerassem o momento oportuno ou a realização do plebiscito necessária, o uso do *impeachment* como expediente na luta política também se mostrou presente na campanha presidencialista. A frente presidencialista acusava os parlamentaristas de estarem usando o *impeachment* a seu favor ao dizerem que este fora o resultado de “um grande esforço do Congresso”. Para os presidencialistas, o impeachment comprovou o poder do povo através do movimento Caras-Pintadas, “porque foi a nossa força, o nosso protesto, que obrigou os deputados a votar a favor do *impeachment*”<sup>102</sup>, declarou Brizola, assim como fortaleceu a autonomia do Legislativo e Judiciário no sistema presidencialista. Assim, o povo poderia colocar e, quando necessário, tirar através da mobilização popular. Além disso, a frente Diretas

<sup>97</sup> Horário obrigatório, 17/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oS4JR21JItc&t=41s>. Acessado em: 10/10/2018. Acessado em: 10/10/1993.

<sup>98</sup> Horário obrigatório, 16/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cXN8By1KIqc> Acessado em: 10/10/2018. Acessado em: 10/10/1993.

<sup>99</sup> Ibid.

<sup>100</sup> Ibid.

<sup>101</sup> Horário obrigatório, 17/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oS4JR21JItc&t=41s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>102</sup> Horário obrigatório, 01/03/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRNxJ9-bzoM> Acessado em: 10/10/2018.

Sempre se utilizou do argumento que “não foi porque um errou, que todos vão errar” – se referindo aos erros cometidos por Collor – e “não foi porque *nós* erramos uma vez, que vamos repetir o erro” – se referindo a escolha da maioria da população ao eleger Collor. Nas entrevistas com os eleitores, era comum justificarem o erro de apostarem em Collor por ter sido, para grande parte do eleitorado, a primeira vez em que votaram para presidente e, justamente por isso, não abririam a mão de continuar votando.

Do outro lado, os parlamentaristas alegavam que o processo de *impeachment* fora conduzido por “líderes que sempre estiveram ao lado do povo e da justiça”<sup>103</sup>, e que a demora e custo para o país se deu devido ao sistema presidencialista. Segundo eles, no sistema parlamentarista “tudo funciona de forma rápida e sem empecilhos”<sup>104</sup>. Em programa da frente parlamentarista, os deputados Ibsen Pinheiro (ex-presidente da Câmara quando da realização do impeachment) e Benito Gama (presidente da CPI na Câmara), junto com o senador Amir Lando (relator da CPI no senado) declararam que

Quanto mais se investigava, mais se remexia, mais surpresas e mais-mais enjoados a gente ficava ao ver como funciona os bastidores do presidencialismo. Poder de aliciar, poder de mentir, poder de agredir – que não poupou sequer a figura de Ulysses Guimarães –, o poder de corromper, o poder de confundir. Presidencialismo é um sistema podre, falso e cheio de vícios. Essa história de quando o povo quer, o povo derruba o presidente, é uma grande mentira, é mais uma enganação presidencialista. [...] Não foi fácil investigar o presidente da república. [...] ninguém pode ter tanto poder para deturpar, errar, comprometer a vida de uma nação inteira. [...] para mudar esse país, só o parlamentarismo, porque os presidentes são isso que vocês conheceram nessa CPI. *Impeachment* e presidencialismo, Deus queira, nunca mais.<sup>105</sup>

Nessa declaração, verificamos três ideias utilizadas de forma constante pelos parlamentaristas, quais sejam: 1) o processo de *impeachment* fora custoso e só conseguiu seguir adiante com o empenho do Congresso; 2) a memória de Ulysses Guimarães, além de ser utilizada para aumentar o prestígio da frente ao adotar o nome

<sup>103</sup> Horário obrigatório, data incerta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygq6Yo> Acessado em: 10/10/2018.

<sup>104</sup> Horário obrigatório, 09/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s> Acessado em: 10/10/2018.

<sup>105</sup> Horário obrigatório, data incerta. Disponível em: disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygq6Yo>. Acessado em: 10/10/2018.

Frente Parlamentarista Ulysses Guimarães, também é colocada como sendo algo que somente esta frente poderia reclamar, sendo os outros inimigos ou traidores do que a imagem de Ulysses significa para o imaginário popular – alguém que sempre defendera a democracia e a soberania do povo; 3) a associação de regimes autoritários ao sistema presidencialista, colocando este como “facilitador” para que tais regimes consigam se estabelecer.

Sobre o recurso eleitoral de utilizar figuras carismáticas para aumentar o prestígio da frente, verificamos que, em contrapartida a figura de Ulysses Guimarães, alguns líderes políticos da frente presidencialista se utilizaram da imagem de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e João Goulart para comprovar a ideia de que somente num sistema presidencialista o presidente conseguiria executar as reformas necessárias para promover o desenvolvimento do país. O governo de JK seria a prova de que só com a força do presidencialismo o povo poderia legar o representante legítimo que seria capaz de levar o Brasil ao desenvolvimento. Para Grill, isto implica a utilização dos chamados “ícones” ou “pais fundadores”.

As razões pelas quais os agentes procuram sistematicamente recriar esta “linhagem” estão ligadas a uma série de particularidades. Entre elas, o êxito de seus porta-vozes em associar os ícones desta “tradição” [...] à história política [...], logo em consolidar uma “genealogia” que se consolidou enquanto “ideias” e enquanto “marcos objetivos” (datas, gerações, monumentos, eventos, memória, etc;) e dela retirar lucros simbólicos. Afora isto, é uma vertente cujo patrimônio é disputado por vários políticos de diversos partidos, o que gera uma dispersão de atores e de narrativas em conflito nos diversos níveis de disputa política.<sup>106</sup>

A partir da formulação de uma genealogia simbólica ou uma linhagem mitológica que serve como recurso eleitoral e para a criação de capital simbólico, o carisma dos “pais fundadores” são transferidos para as novas lideranças políticas que buscam se utilizar deste expediente como recurso eleitoral ao assumirem o papel de herdeiros desta tradição a fim de incorporar o mesmo prestígio que o “ícone” utilizado tem no imaginário popular. Os feitos dos ícones lhe dão o chamado capital heroico e sua ascensão política, entre outros elementos, são reclamados numa disputa pela memória.

---

<sup>106</sup> GRILL, Igostr Gastal . As bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes. In: Sociedade em Debate, Pelotas, 10(2): 1590197, ago./2004, p.18.

Em um dos programas da frente Diretas Sempre, mostram o apoio da viúva de JK, a ex-primeira-dama Sarah Kubitschek, à manutenção do presidencialismo:

Eu sou presidencialista por vários motivos. O maior e mais importante é porque Juscelino era presidencialista. E ele no presidencialismo pôde realizar coisas notáveis. E o sistema que vai tornar possível que outros continuem realizando é o sistema presidencialista. Sou presidencialista até o último dia.<sup>107</sup>

Sobre a terceira ideia produzida no discurso de Ibsen Pinheiro, Benito Gama e Amir Lando constatamos a formulação de uma ideia que associa o presidencialismo a regimes autoritários. O argumento construído é que, pelo fato de o presidente da República assumir, ao mesmo tempo, o cargo de Chefe de Estado e Chefe de Governo, isso permitiria de forma mais fácil a instauração de governos autoritários. Arnaldo Jabor, durante programa da frente parlamentarista, reiterou essa tese ao afirmar que no parlamentarismo

Nós não ficamos mais à mercê da loucura de um governante, não ficamos mais desprotegidos da loucura, da picaretagem de alguém individual. Mas nós poderemos, então, controlar muito mais o processo político que atualmente. O parlamentarismo é a única forma de governo que pode transformar esse país num país governável.<sup>108</sup>

Essa ideia de associar regimes presidencialistas a regimes autoritários também será abordada pela frente monarquista, conforme é possível verificar no argumento utilizado por eles de que “a falta de um poder moderador neutro tem acarretado crises seguidas de rupturas constitucionais, como o golpe que aconteceu em 1964 e nos colocou numa ditadura de 21 anos.”<sup>109</sup> Para eles, o “o golpe militar de 15 de novembro [de 1889] fora o primeiro de uma série de golpes que culminaria com o de 1964.”<sup>110</sup> De acordo com essa ideia, os golpes que se sucederam durante o período republicano foram oriundos da falta do poder moderador do rei, e a própria maneira pela qual a República

<sup>107</sup> Horário obrigatório, data incerta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mN3-ppj2NUY&t=53s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>108</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>109</sup> Ibid.

<sup>110</sup> Ibid.

se instaurou já comprovava o seu caráter autoritário. A ideia de um poder moderador também é utilizada pela frente parlamentarista, que nega a acusação de que no sistema de gabinete não aconteceriam eleições diretas para presidente. Na proposta apresentada, o presidente continuaria sendo eleito de forma direta e assumiria um papel de “moderador, homem que dá equilíbrio ao país”, “o grande árbitro”, podendo “defender o povo até mesmo do próprio governo.”<sup>111</sup> Para elucidar o argumento defendido, é feita a comparação do sistema parlamentarista com o funcionamento de um clube de futebol, no qual o técnico-ministro pode ser dispensado pelo presidente do clube-país, que funcionaria como mediador entre o ministro e o parlamento.

O técnico seria como um primeiro-ministro. O presidente do clube é eleito por voto direto, que indica um técnico que tem um plano capaz de fazer um time como o torcedor quer. O conselho do clube é o parlamento. A torcida somos todos nós. Têm que mostrar resultados. Se não alegrarem a torcida, podem ser substituídos rapidamente, antes que o campeonato termine. No presidencialismo, por incompetência ou falta de resultados, o governo não cai nunca, você é obrigado a aguentar um técnico ruim mesmo perdendo até o final do campeonato.<sup>112</sup>

Nesse trecho, a ideia-força formulada de que no sistema presidencialista, por serem mandatos fixos, seria mais difícil afastar políticos que não estariam comprometidos com o plano de governo aprovado, seja o primeiro-ministro ou o próprio Congresso. Nesse sentido, reiteram a ideia de que no parlamentarismo os deputados passariam a ter mais responsabilidades, e não poder a mais, como acusava o presidencialismo. Para eles, isso criaria uma maior harmonia e responsabilidade entre os poderes e, assim, fortaleceria as instituições e a própria democracia, de modo que todos estariam “trabalhando para o bem do país.”. O grande expediente desse argumento é de que no parlamentarismo todos têm que mostrar trabalho, pois no sistema parlamentarista “se pisa na bola, sai de campo. Se pisa na bola, é retirado.”<sup>113</sup> Em oposição, os presidencialistas afirmavam que os golpes só se efetivaram no Brasil graças ao apoio do Congresso e contra, especialmente, os presidentes que se

---

<sup>111</sup> Ibid.

<sup>112</sup> Horário obrigatório, 13/03/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qVsROqmcqgA&t=1060s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>113</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>. Acessado em: 10/10/2018.

comprometeram com as reformas de base a fim de diminuir as desigualdades e levar ao desenvolvimento, comprovando o caráter elitista do parlamento e seu compromisso apenas com as elites. O grande exemplo utilizado foi o golpe de 1964 em que numa sessão extraordinária os parlamentares declararam vaga a presidência da República quando o então presidente João Goulart ainda se encontrava em território nacional.

Outro expediente largamente utilizado pelas frentes em disputa para defender suas propostas de forma e sistema de governo como único meio para a superação da crise foi a utilização de exemplos de países considerados desenvolvidos. O principal exemplo utilizado pelos parlamentaristas e monarquistas era a Inglaterra. Outros países europeus também eram utilizados pelas duas frentes parlamentaristas, como a Espanha, no caso de monarquia constitucional; e Alemanha e Itália, no caso de repúblicas parlamentaristas.

Para a frente monárquica, o único parlamentarismo que poderia dar certo no Brasil é o monárquico, pois o parlamentarismo para funcionar bem precisa de um Chefe de Estado que seja neutro, independente e suprapartidário, e isso só seria possível numa monarquia. Em um dos programas, a frente monárquica atacou a frente republicana parlamentarista sob o argumento de que “o parlamentarismo republicano como tem sido apresentado é um horror, que se for implantado certamente irá causar danos muito graves ao país”<sup>114</sup>, pois, segundo eles, o presidente sempre vai estar sujeito à luta partidária, que é, afinal, o que o leva a ser presidente. Nesse sentido, a frente monarquista formula a ideia de que

Rei é rei. Governa quando precisa, sem a pressão de um político, que pode perder o cargo em caso de erro grosseiro. A formação pessoal de um monarca, treinado para ser soberano desde o nascimento, acaba salvando qualquer interferência de um desastre político.<sup>115</sup>

Assim, a monarquia seria a forma de governo que melhor garantiria a estabilidade e unidade de uma nação. O monarca seria o ícone histórico desta unidade e estabilidade, pois “o soberano é treinado para governar e funciona como fiel da balança

---

<sup>114</sup> Horário obrigatório, data incerta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygq6Yo>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>115</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>. Acessado em: 10/10/2018.

no caso de crise insustentável.”<sup>116</sup> Durante a campanha, ao se referir aos países monarquistas, mostraram dados a fim de comprovar seus argumentos, como o fato de “70% dos países que respeita os direitos democráticos e onde a renda por habitante é superior a 10 mil dólares são monarquistas, e apenas 30% são repúblicas.”<sup>117</sup> Os monarquistas também utilizaram o argumento de que a capacidade de o Brasil ter mantido a sua unidade territorial após a independência de Portugal se deu graças ao monarca, diferente dos demais países latino-americanos que viram seus vice-reinados transformarem-se em “pequenas repúblicas”<sup>118</sup>.

O principal país referido pelos presidencialistas foram os Estados Unidos da América, defendido por Requião como o “presidencialismo mais moderno e democrático que o mundo já conheceu”, tendo sido “produto da libertação nacional do povo norte-americano”<sup>119</sup> e uma ruptura radical com o sistema parlamentarista que fora conivente com a monarquia, encarando este como movimento reformista e que não proporcionara grandes mudanças no que se refere à manutenção dos poderes pelas classes dominantes à medida que impedem a população de eleger o seu representante de forma direta. Em suas palavras, “monarquia e parlamentarismo são irmãos. O parlamentarismo significa regressão, a monarquia regressão absoluta.”<sup>120</sup> Essa ideia também aparece na cartilha sobre o plebiscito: “o presidencialismo se divorciou inteiramente da monarquia e casou com os cidadãos que votam livremente em todos os representantes políticos”. Nesse sentido, Requião reitera a ideia defendida por Brizola de que o sistema parlamentarista seria das grandes potências imperiais, enquanto o presidencialismo o mais adequado para o desenvolvimento de países como o Brasil. Em relação ao discurso formulado de que a monarquia significava retrocesso, os monarquistas pediam para que a população não tivesse preconceitos na hora de votar, pois a experiência monárquica do Brasil teria se mostrado democrática e comprometida com a nação.

---

<sup>116</sup> Ibid.

<sup>117</sup> Horário obrigatório, 17/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oS4JR21JItc&t=41s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>118</sup> Horário obrigatório, data incerta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygq6Yo>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>119</sup> Declaração de Roberto Requião na ocasião do debate realizado na Rede Bandeirantes em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

<sup>120</sup> Ibid.

Ambas as frentes alegavam que os sistemas opostos não combinariam com o caso brasileiro e utilizavam países considerados subdesenvolvidos para comprovar que a outra forma e sistema de governo não funcionaria no Brasil. No caso da frente presidencialista, os países referidos por Brizola como exemplos negativos do parlamentarismo foram Índia, Bangladesh, Paquistão e Somália. Em seu discurso, o regime parlamentarista tem natureza colonial e as economias desses países são despojadas pelo neocolonialismo como um entrave para a superação da miséria.

#### 2.4 O cheque em branco para solução da crise

O racha na frente presidencialista, comprovado por programas e tempos diferentes que a frente do PDT e Diretas Sempre dispunham durante o horário obrigatório, foi alvo de duras críticas por parte da frente parlamentarista, que se aproveitou para tentar formular um discurso de que “votar no presidencialismo seria estar passando um cheque em branco”, pois “cada um dos presidencialistas fala em mudanças do modelo e cada um deles defende o próprio modelo presidencialista.”<sup>121</sup> Na propaganda parlamentarista, eles utilizaram um dos programas do Brizola em que ele defende um sistema presidencialista socializante, um presidencialismo dos socialistas-democrático, e que “não é o de [Orestes] Quéricia, nem o de Antônio Carlos Magalhães, nem, muito menos, o de Lula.”<sup>122</sup> No final, a apresentadora da frente parlamentarista questiona:

Que confusão, não é verdade? Nem mesmo estando do mesmo lado eles conseguem se unir e quem está pensando em votar no presidencialismo, vai votar no modelo de quem? No modelo do Quéricia, do Lula, no do Antônio Carlos Magalhães, no do Brizola ou quem sabe no modelo do Marco Maciel? Votando no parlamentarismo você não estará passando um cheque em branco para ninguém. Você estará, isso sim, assinando embaixo desse modelo: o modelo da frente parlamentarista Ulysses Guimarães. Aqui as regras estão claras e definidas.<sup>123</sup>

Outro expediente utilizado pela frente parlamentarista foi de que durante a campanha poucos líderes da frente presidencialista estariam participando efetivamente

<sup>121</sup> Campanha plebiscitária do horário obrigatório, data incerta. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mN3-ppj2NUY&t=53s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>122</sup> Ibid.

<sup>123</sup> Ibid.

do papel de esclarecer a população. Os parlamentaristas reiteraram essa ideia de que Brizola estaria utilizando o tempo da frente presidencialista para antecipar a campanha presidencial, visto que a sua aparição diária no horário obrigatório fortaleceria a sua imagem enquanto líder político, enquanto os demais presidencialistas não estariam comprometidos com a tarefa de esclarecimento.

Essa mesma estratégia de acusar a frente opositora de estar “passando um cheque em branco” também era utilizada pelos presidencialistas em oposição aos parlamentaristas; e, inclusive, pelos monarquistas em oposição a forma de governo republicana. Do lado presidencialista, o discurso que se construiu foi de que votar no parlamentarismo seria estar passando um cheque em branco “para a câmara dos deputados governar com a elite deste país”<sup>124</sup> e o povo tem dificuldade para acreditar no parlamento, pois, diferente dos votos para os cargos executivos, “muita gente do povo vota em vereadores e deputados de forma despolitizada. É nas eleições para o poder executivo que o povo vota com mais consciência política.”<sup>125</sup> Num sistema parlamentarista, as elites conservadoras jogariam ainda mais pesado na eleição de parlamentares que atendem aos seus interesses. A frente parlamentarista se defende desta ideia alegando que, “se nós [povo] achamos que o parlamento enquanto instituição não presta, então vamos condenar a democracia. É ela que não presta”<sup>126</sup>, criticando a atuação de alguns parlamentares que não estão representando o interesse do povo, mas alegando que esses seriam minoria e, justamente por meio do parlamentarismo, conseguiram aumentar as responsabilidades dos poderes executivo e legislativo de modo que ambos trabalhariam harmoniosamente para atender as demandas do povo.

## 2.5 O uso e a escolha do povo

A estratégia utilizada pelos presidencialistas de associar o “povo” ao presidencialismo foi um dos grandes trunfos da campanha. Em muitos dos programas transmitidos na televisão, a construção dessa ideia-força foi reforçada pelos apresentadores, lideranças políticas e eleitores que eram convidados a participar por

---

<sup>124</sup> Horário obrigatório, 16/04/93. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cXN8By1KIqc>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>125</sup> VANNUCHI, Paulo; BETTO, Frei. O plebiscito de 1993: Monarquia ou República? Parlamentarismo ou Presidencialismo? Rio de Janeiro: ISER, 1993, p. 31.

<sup>126</sup> Declaração de Mario Covas na ocasião do debate realizado na Rede Bandeirantes em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

meio das entrevistas de rua. Nos programas do PDT, um dos slogans que melhor representou essa ideia foi o “Vote com o povo. Vote presidencialismo”. Mais do que associar diretamente a vontade do povo ao ideal presidencialista, em seus discursos há o argumento de que a frente presidencialista “acredita no Brasil e nos brasileiros, acredita na sua inteligência, na sua liberdade e na sua capacidade de escolher.”<sup>127</sup> Colocando-se, assim, em posição contrastante em relação a frente parlamentarista, que acusavam de querer restringir a participação do povo. Em um dos programas, Brizola declarou que os parlamentaristas:

Querem tirar o nosso povo da jogada, querem tirar os trabalhadores, o nosso povão das urnas, querem substituir o voto direto da cidadania pela decisão de um pequeno grupo de deputados, que nessa hipótese ficaria com o poder na mão para escolher o governo em lugar de 90 milhões de eleitores.<sup>128</sup>

A principal ideia-força da frente presidencialista era de que no parlamentarismo o presidente da República, aquela pessoa escolhida pelo povo para governar de forma efetiva o país, seria mera figura decorativa, passando todos os poderes para o primeiro-ministro, que seria eleito pelo Congresso e não pelo voto livre e direto. Quércia defendia que a preferência ao presidencialismo se dava porque “o povo tem muita inteligência que muita gente da elite acha que não tem, o povo tem sensibilidade”<sup>129</sup>; a sensibilidade a que se referia era a de solucionar os grandes problemas sociais, “porque ele [povo] quer o desenvolvimento do Brasil, quer o progresso do Brasil.”<sup>130</sup> Em contrapartida, a frente parlamentarista se defendia argumentando que com o parlamentarismo republicano o povo continuaria votando de forma direta para presidente, o que mudaria é que o presidente não seria mais o Chefe de Governo, mas sim a pessoa que indicaria o Chefe de Governo, que deveria ser aprovado pela maioria do Congresso. Além disso, o sistema parlamentarista permitiria mais uma vantagem e amostra de que a soberania popular não seria desrespeitada, pois no parlamentarismo não há vice-presidente da

<sup>127</sup> Horário obrigatório, 01/03/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRNxJ9-bzoM>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>128</sup> Ibid.

<sup>129</sup> Horário obrigatório, 09/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>130</sup> Ibid.

república, em caso de morte, renúncia ou afastamento, novas eleições são convocadas imediatamente, não tendo que assumir um vice que não fora eleito para ser o presidente, visto que nas alianças partidárias, muitas chapas lançam para vice uma pessoa diferente do partido do presidente e muitos eleitores não se preocupam em investigar se existe coerência de projeto político entre o presidente e o vice. “No regime parlamentarista você não vota no vice, você vota somente no presidente. Presidente morrendo ou sendo impedido, você vai escolher novamente diretamente o presidente. É um governo em que não têm intermediários.”<sup>131</sup>

Alegavam também que, ao eleger o presidente, o povo estaria aprovando e elegendo diretamente o Chefe de Governo, pois este deveria cumprir com o programa de governo vitorioso nas urnas. O presidente da República passaria a assumir o papel de “grande árbitro”, quem teria poder para indicar o primeiro-ministro, para destituí-lo, para exonerá-lo e até para dissolver a Câmara. “O papel do primeiro-ministro está condicionado, evidentemente, ao cumprimento do plano de governo e o presidente da República é aquela autoridade que arbitra essas situações.”<sup>132</sup>

Ainda que diferentes representantes das três frentes tenham apontado para o fato de nenhuma das três propostas por si só serem capazes de solucionar os problemas que afligiam o país, cada frente defendia que a sua proposta seria o melhor meio para conseguir superar os grandes problemas nacionais. Para frente presidencialista, a superação da crise e o desenvolvimento do país só seriam possíveis com a participação popular, por meio de um presidente eleito pelo povo e comprometido com ele. A frente parlamentarista acusava o presidencialismo de não ser capaz de executar os programas, pois os presidentes seriam eleitos por “promessas” e não por planos de governo e, com isso, o povo ficaria preso a um governo que não estivesse cumprindo as suas expectativas, visto que o mandato no presidencialismo é fixo, e o povo só conseguiria tirar o governante em caso de crimes comprovados, como fora o processo de *impeachment* de Collor, que só fora afastado após as denúncias de corrupção, mas se caso isso não viesse a tona, ele poderia ter continuado a governar mesmo cumprindo exatamente o contrário do que havia prometido. A ideia construída pela frente parlamentarista é que apenas no parlamentarismo os partidos e instituições seriam fortalecidos, porque supostamente no parlamentarismo não ocorre disputa entre pessoas,

---

<sup>131</sup> Horário obrigatório, 06/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>. Acessado em: 10/10/2018.

<sup>132</sup> Ibid.

mas sim entre programas de governo, visando formular uma perspectiva identitária do eleitor com os programas dos candidatos – e não suas personalidades –, ou seja, votar nas ideias e no partido. Essa ideia foi demonstrada por Covas durante o debate ao declarar que

A nossa cultura de natureza presidencialista, nossa cultura eleitoral, pressupõe que o discurso durante a campanha é mero expediente político, é mera promessa, que não tem nenhuma relação da realidade. O grande avanço do parlamentarismo é que parte da demagogia, parte da mentira é aposentada até por conveniência. Para chegar à posição de administrador da nação, de comandar um gabinete, precisa ter aprovado uma proposta, um programa, não tem sentido anunciar aquilo que não será feito, porque o tempo de serviço está vinculado ao cumprimento daquela promessa.<sup>133</sup>

Em contrapartida, os presidencialistas alegavam que o problema não era o sistema vigente, mas as lideranças que chegaram ao cargo de chefes do poder executivo. Assim, reiteraram a ideia-força de que abrindo mão de eleger o presidente, a sociedade não conseguiria eleger lideranças comprometidas com o povo, pois o Chefe de Governo passaria a ser alguém eleito pelo Congresso. Assim, constatando que o Congresso que temos no Brasil está comprometido com os interesses das elites, visto que a maior parte do Congresso é eleita com o apoio dos grandes empresários e latifundiários por meio de financiamentos de suas campanhas que são “consumidas” pelos eleitores, não seria possível confiar nos parlamentares nem depender ainda mais destes para a eleição do Chefe de Governo e execução de programas que estariam a serviço do povo. Nisso, evidenciamos que o tema das reformas de bases e soluções para a superação da crise esteve de forma transversal em todos os programas das três frentes parlamentares.

---

<sup>133</sup> Declaração de Mario Covas na ocasião do debate realizado na Rede Bandeirantes em 20/04/1993. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K-DQ57yrBXU&t=3s>. Acessado em: 20/10/2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período pós-redemocratização da política brasileira ainda não tem sido devidamente apropriado pela História. Desta maneira, neste estudo, buscamos analisar este período tendo como tema de pesquisa um dos episódios mais inusitados da política brasileira, a realização de um plebiscito em 1993 para decidir forma e sistema de governo. A preocupação com o período pós-redemocratização surgiu de um interesse em estudar as formulações de discursos em campanhas plebiscitárias baseadas cada vez mais no uso da imagem e espetacularização da política. O fato de termos agentes políticos envolvidos no plebiscito que ainda estão ativos no jogo político torna esta pesquisa relevante para o estudo da história recente da política brasileira.

Consideramos que o plebiscito de 1993 foi o resultado de uma crise que não era a respeito da escolha entre os valores do presidencialismo, parlamentarismo ou monarquia, mas sim uma profunda crise social, econômica e, principalmente, política-institucional iniciada a partir dos anos 1970 e aprofundada na década de 1980, que não fora solucionada com a abertura política e eleições diretas para presidente, como era a esperança de muitos brasileiros. Isso favoreceu um contexto em que, mais uma vez, diferentes projetos políticos foram anunciados como saídas para a superação da crise, porém nunca houve um profundo debate para esclarecer de forma clara e eficaz os prós e contras de cada uma das propostas. As frentes sempre procuraram se posicionar de forma contrária umas às outras, atribuindo todos os problemas do país ao sistema oposto ao mesmo tempo em que assumiam um discurso de que apenas a sua proposta seria capaz de “salvar” o Brasil. Constatamos que durante as campanhas eleitorais acontece um embate no âmbito discursivo, em que os agentes das frentes produzem ideias-força que as colocam em relação contrastante, e ao mesmo tempo, moldam uma frente em relação a outra, como cada uma quer se apresentar ao eleitorado diferenciando-se.

Durante a análise da campanha plebiscitária, procuramos entender as principais ideias-força formuladas pelos agentes políticos naquele período de grande conturbação política e social e como foram utilizadas para se contrapor e construir uma imagem de si diferente da frente rival. Evidenciamos que a principal ideia se baseava nas soluções para a crise que assolava o país a partir de uma série de argumentos frágeis e insustentáveis, como os utilizados pelos monarquistas e parlamentaristas ao atribuírem a “culpa” da crise ao sistema republicano presidencialista.

A superação da crise foi utilizada pelas três frentes e cada uma delas construiu a ideia de que a sua proposta seria a melhor maneira de conseguir atingir esse objetivo. Para os parlamentaristas, apenas num sistema de gabinete as instituições seriam fortalecidas e os poderes executivo e legislativo conseguiriam aprovar as medidas necessárias, pois todos estariam comprometidos com o plano de governo aprovado pela maioria do Congresso. Já para os monarquistas, apenas uma mudança radical seria capaz de melhorar a situação do país, que, segundo eles, desde 1889, apenas aprofundou as desigualdades e injustiças sociais.

Para os presidencialistas, a superação da crise só seria possível com um poder executivo forte e eleito pelo voto direto. O discurso dos presidencialistas visou colocar a frente parlamentarista numa posição mais conservadora, de modo que o sistema de gabinete estaria a serviço das elites, e não do povo. O parlamentarismo permaneceu com o estigma de golpismo e oportunismo ao se aproveitar da crise para empurrarem novamente pautas que nasceram e representavam apenas os interesses da classe política e elites, não representando os anseios da sociedade. Em suma, a limitação do poder executivo em detrimento do aumento do poder do Congresso foi uma das principais estratégias da frente presidencialista e o motor para a construção das outras ideias-forças identificadas. Esse expediente é veiculado principalmente por Brizola, que tem uma posição mais radical em suas propagandas, quando comparadas com a frente Diretas Sempre. A ideia-força formulada pela frente presidencialista foi a vencedora nas urnas com 66,26% dos votos para a forma republicana e 55,67% para o sistema presidencialista. A forma monárquica conseguiu 10,25% dos votos e o sistema parlamentarista 24,91%.<sup>134</sup>

Acredito que não foi possível esgotar totalmente as possibilidades do tema, mas esperamos ter contribuído para aumentar o entendimento historiográfico sobre as disputas que acontecem durante as campanhas eleitorais a partir de formulações de ideias-força que chegam até os eleitores pelos meios de comunicação.

---

<sup>134</sup> A tabela com o resultado geral do plebiscito de 1993 foi construída com base nos registros disponíveis nas fontes documentais da Seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-1993/plebiscito-de-1993>. Acessado em: 13/10/2018.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. **A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas.** In: Dialética do Esclarecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BENEVIDES, Maria Victória. **O plebiscito de 1993 à luz do precedente de 1963.** São Paulo: Lua Nova, nº28-29, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **A representação política: elementos para uma teoria do campo político.** In: BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

\_\_\_\_\_. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Campo Político.** In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº5. Brasília, janeiro- de 2011, pp.1993-216. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n5/a08n5.pdf>

BRASIL, República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília.** DF, Senado, 1998. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88\\_Livro\\_EC91\\_2016.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf)

\_\_\_\_\_. Lei Nº 8.624 de quatro de fevereiro de 1993. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18624.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18624.htm) Acessado em: 15/09/2018.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **História Política.** In: Revista Estudos Históricos, v.09, n.17. Rio de Janeiro, 1996, p.161.

COELHO, Argos de Faro. **A Proposta Monarquista na Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e o Plebiscito de 1993.** Brasília: UnB, 1994.

COMPARATO, Fábio Konder. **O Plebiscito do art. 2º do ADCT.** In: Estudos Constitucionais, OAB, Brasília, 1992.

CHOMSKY, **Mídia: propaganda política e manipulação.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

DEBORT, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

DUARTE, Gleuso Damasceno; DUARTE, Mariângela de Almeida. **Parlamentarismo ou Presidencialismo? Monarquia ou República?** Belo Horizonte: Lê, 1993.

- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente e ensino de História**. Revista História Hoje, v.2, nº4, p.19-34, 2013.
- GARCIA, Francisco Tadeu Lima. **Plebiscito de 1993: a proposta em Assembleia Nacional Constituinte**. Disponível em <https://jus.com.br/artigos/56373/plebiscito-de-1993-a-proposta-em-assembleia-nacional-constituente>
- GOMES, Angela de Castro. **Política: História, Ciência, Cultura, etc.** In: Revistas Estudos Históricos, v.09, n.17. Rio de Janeiro, 1996, p.63.
- GRILL, Igosr Gastal . **As bases das Heranças Políticas no Rio Grande do Sul: parentesco, partidos e redes**.In: Sociedade em Debate, Pelotas, 10(2): 1590197, ago./2004.
- LIMONGI, Fernando. FIGUEIREDO, Argelina. **Bases institucionais do presidencialismo de coalizão**. Lua Nova, nº 44, 1998, p.81-215. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a05n44.pdf>
- LIMONGI, Fernando. **O poder executivo na Constituição de 1998**. In: OLIVEN, George Ruben. RIDENTTI, Marcelo. BRANDÃO, Gildo Marçal. (Org.). A constituição de 1988 na vida brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, v.1, p.23-56.
- NÉMETH-TORRES, Giovani. **A odisséia monarquista no Plebiscito Nacional de 1993**. In: Veredas da História. Ano I, n. 1, Art. 4, 1 de abril de 2008.
- \_\_\_\_\_. **O Plebiscito de 1993 sobre as Formas e Sistemas de Governo**. In: Programação e Cadernos de Resumos - XVI Encontro Regional de História da ANPUH-MG, Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- ORLEANS E BRAGANÇA, Luiz de. Carta aos constituintes. São Paulo, 7 de setembro de 1987. Cópia digitalizada do texto na íntegra encontra-se disponível em: <http://www.monarquia.org.br/carta-aos-constituientes-1987.html> Acessado em: 15/10/2018.
- REZENDE, Maria José de. **A democracia no Brasil: elementos norteadores do debate desenvolvido na segunda metade do século XX**. In: Rev. Mediações, Londrina v.1, n.2, p.32-45, jul./dez. 1996.
- RIBEIRO, Darcy. (Org.) **Formas e Sistemas de Governo: República x Monarquia, Presidencialismo X Parlamentarismo**. Petrópolis: Vozes, 1993.
- VANNUCHI, Paulo; BETTO, Frei. **O plebiscito de 1993: Monarquia ou República? Parlamentarismo ou Presidencialismo?** Rio de Janeiro: ISER, 1993.
- WEFFORT, Francisco C. **Incertezas da transição na América Latina**. Lua Nova. São Paulo, Março/89, nº16.

## FONTES

Campanhas do horário obrigatório, conforme ordem de transmissão:

01/03/1993 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=NRNxJ9-bzoM>

13/03/1993 – Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qVsROqmcqqA&t=1060s>

03/04/1993 – Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IRkEbZByo4o>

06/04/1993 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QF-bkVs2M04&t=29s>

09/04/1993 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DNpaXorN9zY&t=927s>

14/04/1993 - Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtQrj4Eg32E>

16/04/93 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cXN8By1KIqc>

17/04/1993 – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oS4JR21JItc&t=41s>

Programas que não foram possíveis datar. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mN3-ppj2NUY&t=53s> e <https://www.youtube.com/watch?v=V6Htmygq6Yo>

Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional:

Tribuna da Imprensa (RJ): 1990-1999, delimitando a análise para as edições veiculadas entre o período de 01/04/1993 e 22/04/1993. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>